

Os Debates
Sobre
os Caminhos
da Revolução
"La Passionária" e o representante do PC da China falam no X Congresso do PC Italiano
Texto na 4ª página

NOVOS RUMOS

ANO IV — Rio de Janeiro, semana de 1 a 7 de fevereiro de 1963 — N° 207

San Tiago Defende IT&T Brizola Defende o Brasil

Leia na 3ª página

Prestes
fala
a
NR

Ministério e Plano Trienal: Compromisso e Conciliação Com o Imperialismo e o Latifúndio

Petulância de Gordon

Não é possível tolerar por mais tempo a insolência com que vem atuando em nosso País o embaixador dos Estados Unidos, mister Lincoln Gordon. Não há um acontecimento importante na vida nacional que transcorra sem a petulante intervenção desse representante do governo e dos trustes norte-americanos. Age com uma desventura tão escandalosa que mais parece um vice-rei incumbido de manter sob seu domínio uma colônia qualquer.

Temos visto várias vezes esse representante do imperialismo no Conselho Nacional de Economia, sempre de sofismas e manipulando a sua verdade. Em termos de cifras, pretendeu contestar a proposta não divulgada pela embaixada do Brasil em Washington e defendeu, de maneira mais ácida, a espoliação de nosso País pelos monopólios ianques. Em reportagem que publicamos na 8ª página desta edição os leitores encontrarão os dados reais acerca da suposta ajuda tão exaltada por mister Gordon sem o mais leve pudor. A fúria de Gordon chegou a ponto de traduzir-se em insultos ao embaixador Roberto Campos, a quem chamou, apenas em termos mais suaves, de mentiroso e hipócrita. Enfim, o zeloso servil dos trustes ianques não fez outra coisa senão a apologia da espoliação imperialista que se abate sobre o Brasil e determina o atraso de nosso País e a miséria de nosso povo.

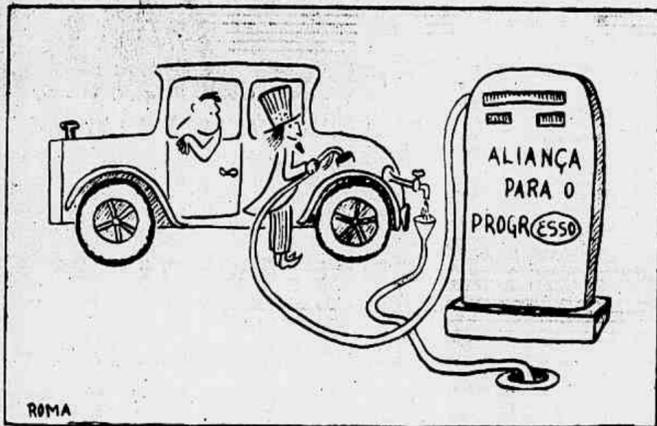
A insolência de Gordon não ficou nisso, porém. O embaixador dos Estados Unidos, metendo o facinho em assuntos que são unicamente de nossa alçada — porque pertencem à soberania brasileira — insistiu em atacar a lei que limita a remessa de lucros para o exterior e a fazer restrições ao Plano Trienal. Falou sobre esses assuntos como se fosse a pessoa a quem cabe a decisão suprema.

Mas ainda não é tudo. Na última parte de sua arenga, mister Gordon apresentou a "receita" para os males do Brasil, com uma petulância diante da qual somente mesmo desfebrados não reagiriam. Segundo o representante dos trustes ianques e mediocre professor de Economia, a solução para os problemas brasileiros está no aumento da exportação de minério de ferro e de carne bovina, admitindo ainda a possibilidade da exportação de algumas manufaturas. Uma "receita", como se vê, tipicamente colonialista, igual às que têm sido dadas e aplicadas desde a colonização portuguesa. Depois do pau-brasil, da cana-de-açúcar, do café e da borracha, devemos agora, de acordo com mister Gordon, passar ao ciclo do minério e da carne.

Que mister Gordon, o amigo de Kennedy e de Rockefeller, fique com os seus conselhos e as suas receitas. Mas fique também sabendo de uma coisa: esta terra tem dono! E se há ainda alguns traidores que lhe passam a mão pela cabeça, outro, absolutamente outro, é o sentimento do povo. Os patriotas brasileiros repudiam Gordon, seus patrões e seus cúmplices.



Ministério não leva em conta significado do voto popular de 6 de janeiro — Compromisso com os reacionários do PSD e do PSP — Plano Trienal não propõe medidas concretas contra a espoliação do Brasil — Mantém a escandalosa subvenção ao café — Adota as medidas preconizadas pelo FMI — Investe contra o subsídio ao consumo provocando nova alta de preços — A resposta dos trabalhadores deve ser a luta pelo aumento dos salários e contra a carestia — Apelo do novo ministro do Trabalho deve ser rechaçado pelos trabalhadores — Protestar contra a vergonhosa capitulação do governo no caso da IT&T — Entrevista na página três



HOJE: COMÍCIO CONTRA CARESTIA

Hoje às 16 horas, na rua Araújo Porto Alegre, em frente ao edifício da ABI, realizar-se-á concentração contra a carestia promovida pela Liga Feminina da Guanabara. A manifestação será de protesto contra a indiscriminada liberação dos preços da carne e os aumentos pretendidos do leite e do pão. Participarão de concentração representantes de sindicatos e entidades populares.

REVOLTA EM PERNAMBUCO CONTRA USINEIRO QUE MANDOU MASSACRAR CAMPONESES

Texto na 8ª página

FERROVIÁRIOS DA CENTRAL «DERAM A PARTIDA» NA CAMPANHA POR AUMENTO

Reportagem na 2ª página

SÃO PAULO:

Santos Parou Duas Horas

6 Mil Sargentos e Soldados

Exigem Posse Dos Eleitos

Texto na 2ª página

Os Comunistas de Santos e o Prefeito José Gomes

Artigo de Antônio de Brito Lopes
na 6ª página

Rádio no Brasil: Como Vai

Reportagem de Regina Montana
na 5ª página



QUE FAZ O GOVERNO?

Repercussão que nos honra e que nos estimula a prosseguir nos esforços tendo em vista fornecer ao leitor as melhores e mais detalhadas informações sobre a situação brasileira, teve a página sob o título acima e reproduzida na foto ao lado, publicada na edição passada. Recebemos a visita de inúmeros leitores, dezenas de telefonemas e telegramas. A página foi exibida como cartaz em muitos locais públicos, sedes de sindicatos e de entidades populares, provocando debates e comentários.

Em greve os 18 mil securitários da Guanabara:

Patrão Que Explora Bancário, Explora Também Securitário e Não Cumpre as Leis do País

Nem a brutal e covarde represália do governador Lacerda arrefeceu o ardor de luta dos 18 mil securitários, em greve desde terça-feira, dia 29, por aumento de salários. Com bombas, cartuchos e metralhadora o "fulgor" de B. O. C. já mandou que seus policiais investissem contra os piquetes, espancaram rapazes e moças, fizessem dezenas de prisões.

A ordem foi cumprida à risca, mas a reação não abateu o entusiasmo dos grevistas.

A greve continuou. E continuou mais forte.

Mas a quem foi que Lacerda mandou o proteger? Que objetivos tinha em vista ao soltar os seus policiais, nas ruas centrais do Rio, para espancar pacíficos funcionários, explorados pelas empresas de seguro e capitalização?

Não desejava outra coisa o governador senão "garantir" as arapucas dos seus cupinças Antônio Carlos de Almeida, diretor da Companhia Atlântica (e superintendente do Banco de Guanabara) e a Sul-América Capitalizadora, da qual é dono Antônio Sanchez de Larragol Jr., que tem como cúmplices os não menos aproveitadores Lucas Lopes e Rul Carneiro.

Foi para proteger acasas que o governador mandou espancar grevistas, pois somente as arapucas dos amigos receberam a "proteção" policial.

A REVELAÇÃO DO ANO

No setor das lutas sindicais, um lugar de destaque caberá aos securitários do Estado da Guanabara. Pouca gente deles tomava conhecimento, quase ninguém, havia tomado sentido da sua disposição de luta. Desde 1945 que não esboçavam tomada de posição mais firme, anestesiados que estavam pela ação de falsos líderes, simples intérpretes da vontade patronal perante a massa de funcionários.

"Foi a nossa primeira greve" — disse orgulhosa uma jovem da SULACAP.

"E a minha primeira greve" — acentuou ainda, para

exibir o seu orgulho e disposição de luta. Mas pernas e nos braços, arranhões e manchas arrastadas revelavam a cruzada das escaramuças com os bandos policiais.

"Logo, nós vamos ser como os bancários — disse outro, quase menino, e que pouco antes fora libertado da prisão.

Com a palavra um dos líderes do movimento:

"Sim, não queremos outra coisa senão alcançar o nível de unidade de bancários. Agora vamos ter vida sindical permanente e efetiva. Vamos aproveitar a experiência dos demais trabalhadores. Temos bons professores — os bancários — que são explorados pelos mesmos homens que nos exploram."

Que desejam os securitários?

— A maioria, 80% ou mais, ganha apenas o salário mínimo — responde um dirigente da greve.

— Com essa miséria temos de andar bem vestidos, bem calçados, botinhos, engratados e até culturalmente atualizados. Tudo mundo sabe que tanta despesa é impossível, com tão baixos salários. Por isso reivindicamos um salário profissional, um mínimo digno para a multidão dos securitários. Pedimos, o raóvel: 70% agora, 35% em julho, mínimo de 15 mil cruzeiros. Não estamos pedindo o impossível, as empresas podem pagar. Podem e vão pagar!"

Com essa greve os securitários serão a "revelação do ano" no campo sindical. Bastou mudar a diretoria, tirar do Sindicato os aproveitadores, para que a primeira greve se materializasse. Bastou que a greve fosse deflagrada para que surgissem, na sua crista, autênticos líderes, e a vitória começasse a despontar.

CASO DE POLÍCIA

Vários grupos dominam o comércio do seguro e capitalização em nosso País. Geralmente estão ligados a organizações bancárias, beneficiando-se mutuamente.

Os escândalos que periodicamente estouram, ainda

não tiveram bastante energia para determinar uma devassa nas empresas, que roubam o seguro, "passam para trás" o Instituto de Resseguros do Brasil, defraudam o imposto de renda, descumprem todas as leis do País.

"Não verdadeiros cânceros do organismo nacional — fala um securitário. E explica:

— Todas as empresas trabalham contra os interesses nacionais. Juntam-se em bandos secretamente ligados, e, através de malabarismos contábeis, escondem seus lucros, fogem ao pagamento dos tributos.

— A Atlântica — continuou — não é das maiores mas figura entre as mais lucrativas. É impedida para os seus funcionários, e, sempre que pode, engana a própria clientela.

Quando ao Grupo Sul-América, o mais poderoso da América do Sul, é constituído por seis empresas subsidiárias, com as quais joga para enganar o recolhimento ao I.R.E.

O Grupo Sul América é constituído pela SATMA, Colonial Boremore, SATIM, Sul América, Sulcap e SALIC. O grupo Londres, é integrado pela Cruzeiro do Sul, Imperial, London Insurance, London Lancashire, Porto-Alegrense, R. e Branço, O Regente, tem a Motor Union, Americana, Guardian e Royal como subsidiárias.

O grupo Bonvini, é formado pela companhia Lina Mercantil, Bela Vista, e do qual é diretor e presidente do sindicato patronal.

Agindo com plena liberdade, as empresas de seguro e capitalização nacionais e estrangeiras, agrupadas, auferem anualmente, lucros de bilhões, cujo valor exato é sonegado às autoridades, pela alquimia contábil já referida. Por outro lado descumprem todas as leis que regem suas atividades, obrigando os clientes a exigências desonestas.

PICARETAGEM

"A Sul América — o exemplo é dado por um dos seus funcionários — não aceita qualquer seguro, apesar de obrigada por lei. Para fazer seguro de automóvel, exige que seja feito também o de acidente pessoal ou de incêndio, com prêmio superior a 3 mil cruzeiros. Os prêmios, apesar de serem seto regulados por lei, estão sendo cobrados extorsivamente. Nem mesmo o seguro de acidentes do trabalho, cujo prêmio é por lei fixado em 20 cruzeiros, está sendo respeitado. Cobram quando querem e ainda dificultam o ingresso dos interessados.

— O preço do título é um escândalo à parte. Um simples pedaço de papel, um papercão, o formulário para ser preenchido, é vendido ao candidato, por 300 a 5

mil cruzeiros, conforme a taxa do freguês.

Muita coisa ainda poderá ser dita sobre as empresas de seguros que operam no País. Outros mais precisam ser e vão ser ditas, principalmente sobre a Sul América, dominada por aproveitadores vulgares, e onde os empregados são obrigados a se segurarem, pagando prêmios extorsivos.

Sabe esta empresa, fala um dos seus funcionários:

"O escândalo da Fundação é um bom assunto para a imprensa, merece uma Comissão Parlamentar de Inquérito. A Fundação Larragol foi fundada apenas para sonegar imposto de renda. Construiu um hospital, que pertencia, por lei, aos funcionários, e que foi vendido sem nenhuma satisfação aos mesmos. Suspendeu todas as vantagens que pagava aos funcionários, e instituiu um regime de terror fascista. Funcionário que fica por mais de 10 minutos no banheiro é despedida, quem pedir dispensa do seguro é despedida. Apertam cada vez mais a vida do empregado, enquanto seus negócios se ampliam, os milhões se multiplicam.

E concluindo: "Mas não se trata de simples e puro aumento — completou. Muita coisa vai ter que ser concertada, inclusive a disciplina dos níveis, a elevação dos cavequeiros do nível 3 para o 8, e a manutenção dos comissionamentos de direito nas séries funcionais superiores da carreira a que pertencem."

FERROVIÁRIOS DA CENTRAL «DERAM» A PARTIDA NA CAMPANHA POR AUMENTO

Ao longo dos 3 mil e 800 quilômetros de trilhos da Estrada de Ferro Central do Brasil, 48.500 empregados de uma ferrovia estão realizando assembleias, reuniões, comícios, concentrações de toda natureza, com o propósito de paralisar a massa. Inquilinadas, guarda-freios, agentes de estação, fiscais de linhas, funcionários de escritórios, etc., os ferroviários da Central, em réto, estão mobilizados.

Os oradores são muitos, as argumentações diversas, as explicações variam, mas o problema é um só: querem aumento de salários.

A luta foi deflagrada, a campanha começou: o diretor da UOPB já recebeu a ajuda de milhares de trabalhadores ferroviários; o presidente da Rede Ferroviária Federal logo liberará o que desejam os funcionários daquela ferrovia pois o manifesto e tabela está a caminho do seu gabinete.

SALÁRIOS ABSORVIDOS

Foi em outubro de 1961 que os ferroviários da Central do Brasil tiveram seu último aumento de vencimentos. Há muito que lutam por melhores condições de vida, desde muitos anos se batem por uma política salarial justa e humana naquela ferrovia.

"Os salários atuais de um maquinista não lhe permitem tranquilidade para trabalhar — disse o secretário da Coligação Nacional dos Servidores Públicos Ferroviários, A. Uthair Figueiredo.

"Mas não se trata de simples e puro aumento — completou.

Muita coisa vai ter que ser concertada, inclusive a disciplina dos níveis, a elevação dos cavequeiros do nível 3 para o 8, e a manutenção dos comissionamentos de direito nas séries funcionais superiores da carreira a que pertencem."

TRADIÇÃO DE LUTA

Muitos se admiraram quando no dia 5 de julho do ano passado a Central parou totalmente, com milhares de ferroviários fazendo frente aos golpistas que tentavam reerguer a cabeça.

"Foi uma greve política. Damos isto alto e claramente para que todo mundo saiba da nossa capacidade de luta. Foi uma greve contra os «gorilas», contra La-

cerda, contra todos os que desejam implantar um regime fascista em nosso País. Foi uma greve política. Foi questão de repetir, para ficar bem claro que quem faz greve política com tanto sucesso, pode até facilmente paralisar os trabalhos por milhares de horas."

Mas os céteios ainda não se tinham refreio da surpresa quando, dois meses depois, em setembro de 61, todos os comícios da Central foram imobilizados onde se encontravam e assim permaneceram durante 72 horas.

"Três dias!" — exclama A. Uthair.

Por três dias os trens não circularam nenhum ferroviário levou um parafuso, ligou uma chave ou abriu um comando de carro ou estação. O motivo? Novamente greve política! Desta vez em defesa do mandato do sr. João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros. Os trens deixaram de correr na Central e na Leopoldina. Os navios e os portos não funcionaram. Os «gorilas» recuaram. No máximo, conseguiram castrar parte da autoridade do presidente, cuja posse não tiveram forças para impedir.

QUEBRADO O TABU

Essas duas grandes paradas foram precedidas pela greve de novembro de 1961, com a qual os ferroviários da Central conseguiram igualdade salarial com seus companheiros da Leopoldina.

"Depois dessa paralisação — diz o dirigente ferroviário — o tabu caiu por terra. Ninguém mais teve coragem de dizer que a Central do Brasil não entrava em greve. Tinhamos quebrado uma barreira que persistia há 11 anos, e que para todos nós era motivo de aborrecimento.

Desde 1950 que os ferroviários da Central não faziam greve. Mesmo esta, havia sido parcial, tinha afetado apenas os ramais do interior de Minas, São Paulo e Estado do Rio.

"Não chegou ao Rio — comenta o diretor da Coligação. Parou precisamente em Barra do Piraí, onde uma composição teve suas rodas olidadas nos trilhos, e o tráfego somente foi restabelecido depois de penoso trabalho para desgarra-la."

Referindo-se à prisão de um maquinista por estar armado, isto na semana passada, o que provocou a

paralisação da ferrovia por duas horas, disse: "Que isso sirva de exemplo para o Governador. Que mande policiar os trens e as estações, que defenda a cidade e os que trabalham, e os maquinistas desarmados usar armas. Frened-os por quem procuram se defender, isto não: os trens pararam, toda vez que isso ocorrer."

SABOTAGEM

Durante seu encontro com o repórter e líder da Coligação dos Ferroviários da Central do Brasil referiu-se à sabotagem que está sendo feita contra a readmissão dos empregados demitidos por motivos políticos, recentemente anistados.

"Esses companheiros, disse, já impetraram mandado de segurança para assegurar o cumprimento da lei, mas mesmo assim seus processos não andaram. Desde janeiro do ano passado que correm seções, departamentos, divisões e nada. Parece que há um objetivo deliberado de retardar ou não dar cumprimento a lei. Os prejudicados vão recorrer de novo ao Judiciário e se ainda assim não forem atendidos, a coisa vai mudar de figura."

A TABELA

Preparada com cuidado e com a colaboração de centenas de ferroviários, os líderes da Coligação Nacional dos Servidores Públicos Ferroviários enviaram a seguinte tabela de salários aos dirigentes da Central e da RFF, pela qual já estão em campanha:

R.F.F. S/A		
EFCB Níveis	EFL Níveis	Salário Cr\$
1	1	21.000,00
2	4	24.990,00
3	7	30.030,00
4	9	33.390,00
5	11	36.750,00
6	13	40.250,00
7	15	43.820,00
8	16	45.640,00
9	18	49.560,00
10	20	53.480,00
11	22	57.400,00
12	24	61.320,00
13	26	65.240,00
14	27	67.620,00
15	28	69.720,00
16	30	73.920,00
17	38	94.680,00
18	42	101.910,00

Silenciário os Telefones se a CTB Não Aumentar Salários

Expira amanhã, 1.º de fevereiro, o prazo fatal concedido por 9 mil trabalhadores nas empresas telefônicas da Guanabara e Estado do Rio. Nesse dia realizará assembleia. Se não tiverem uma resposta concreta ao seu pedido de aumento de salários, a greve será deflagrada, os telefones silenciados.

Apertados entre a intransigência da empresa ("só podemos dar aumento se as tarifas forem aumentadas"), a omissão de Lacerda ("aumento de tarifas é com o Governo Federal") e a quase indiferença do interventor na empresa ("não tenho poderes para aumentar as tarifas"), os trabalhadores daquele importante setor de comunicações estão sendo levados à medida extrema, apesar das suas várias tentativas para resolver o impasse. Recordaram a Justiça do Trabalho, pediram os bons ofícios do presidente da República, argumentaram com elementos concretos sobre a carestia, a insignificância dos salários que percebem e o lucro da empresa.

Nada foi resolvido.

Comparceram a causativas audiências, com resultados idênticos. Diante disso, não lhes resta outra opção senão ir a greve.

INTRANSIGÊNCIA PATRONAL

Agindo como senhores em um País ocupado, os gringos da Companhia Telefônica Brasileira recusaram, inclusive, a mediação presidencial. Repeliram a sugestão do sr. João Goulart feita através do assessor sindical de Presidência, Gilberto Cruz, de ir ao sentido de um acordo em abono de emergência, a pedido do ordem de CTB, a partir deste mês de janeiro, e até março, quando

Enquanto nos bastidores se degladiam os representantes dos governos da União e do Estado, e os da empresa, os trabalhadores da CTB na Guanabara e Estado do Rio aguardam tranqüilos a resposta do sr. Almino Afonso. Já tomaram suas providências; as comissões estão já funcionando, os piquetes já foram constituídos, o comando de greve está formado.

A greve é quase certa, pois os telefônicos não vão ceder ao que estão reivindicando.



QUEBRARAM O TABU COM UMA VITÓRIA

Os securitários mineiros realizaram com êxito a sua primeira greve. Cinco dias de paralisação de qualquer atividade das empresas de seguro de Belo Horizonte garantiram a categoria um aumento que os patrões vinham negando insistentemente. Na foto um dos piquetes que garantiram o sucesso da greve.

PRIMEIRA GREVE DOS SECURITÁRIOS MINEIROS DEU À CATEGORIA UM AUMENTO SALARIAL DE 70%

Belo Horizonte (Da sucursal) — Contrariando as afirmativas patronais de que securitários e funcionários das companhias de capitalização jamais fariam greve, aquelas categorias realizaram a primeira grande greve da história das Minas Gerais paralisando totalmente as atividades das empresas de seguro desta capital.

Motivou a greve a sistemática negativa dos patrões em conceder aumento salarial reivindicado por seus empregados desde novembro do ano passado. Os securitários pleiteavam um aumento na base de 100 por cento, proposta terminantemente recusada pelos donos de empresas. No dia 7 de janeiro, esgotados todos os recursos no sentido de uma solução amigável para o impasse, os trabalhadores resolveram deflagrar a greve. A decisão foi tomada em grande assembleia de classe — a maior realizada pela categoria nos últimos tempos — no teatro Francisco Nunes. A reunião transcorreu em clima de grande vibração, com altofalantes entoando hinos e com moças recolhendo fundos para as despesas. Ao mesmo tempo em que resolveu-se a paralisação do trabalho foram organizados piquetes e solicitou-se a solidariedade das outras categorias de trabalhadores, de pronto prestada.

As securitárias participaram ativamente do movimento grevista, sendo que enquanto umas formavam ao lado dos partidários nos piquetes, outras, na sede do Sindicato, preparavam san-

duiches e faziam café para os companheiros que permaneciam nas portas das empresas. A polícia tentou impedir a ação dos piquetes, mas teve a sua intenção frustrada pela decidida intervenção do Congresso Sindical de Minas Gerais e pela firme disposição do comando da parede e de todos os grevistas.

A VITÓRIA

Os cinco dias de duração do movimento transcorreram quase que sem nenhuma anomalia, e não ser as tentativas de hostilizar um ou outro piquete praticadas pela polícia. Todas as companhias de seguro da capital estiveram totalmente paralisadas, o mesmo acontecendo com empresas de várias cidades interioranas, notadamente Uberaba, Uberlândia e Juiz de Fora.

No dia 10, após entendimentos havidos no Palácio da Liberdade, com a participação do governador Magalhães Pinto, empregadores e representantes dos empregados chegaram a um acordo. A fórmula que pôs fim à greve, proposta pelo governador, estabeleceu um aumento de 70 por cento sobre os salários pagos aos securitários no mês de janeiro do ano findo, 14 mil cruzeiros de aumento mínimo e mais 20 por cento a partir de junho próximo. O sr. Magalhães Pinto comprometeu-se a oportunizar a efetuar gestões junto aos donos das empresas de seguro com o fito de obter dentro de seis meses o pagamento do triênio preletivo pelos securitários. No dia seguinte, em nova reunião efetuada no teatro

NOVOS RUMOS

Diretor: Orlando Bonfim Junior
Diretor Executivo: Francon Burkes
Redator Chefe: Luis Giszener
Liação: J. J. J. J.

Guttemberg Lavacanti
Redação: Av. Rio Branco, 257 17º andar 21/1113 — Telex 42-7244

Gerência: Av. Rio Branco, 257 17º andar 21/905

SUBSIDIÁRIO DE S. PAULO
Rua 12 de Novembro, 228 12º andar 9/821

Telex: 30-9648
Endereço telegráfico: "NOVOS RUMOS" ANSINATFRAS

(Semente e edição semanal)

Assinaturas AEREA

ANUAL Cr\$ 1.800,00
Semestral Cr\$ 900,00
Trimestral Cr\$ 360,00

ANUAL Cr\$ 2.300,00
Semestral Cr\$ 1.200,00
Trimestral Cr\$ 600,00

Numero avulso 20,00
Numero tirado 30,00

PARANAGUÁ: CARREGADORES E ENSACADORES DE CAFÉ INAUGURAM NOVA SEDE

Curitiba (Da Sucursal) — Os carregadores e ensacadores de café do porto de Paranaguá vêm de inaugurar, festivamente, a nova sede do seu Sindicato de classe. A solenidade de entrega aquelas categorias de trabalhadores de sua nova casa teve lugar em Paranaguá no dia 20 de janeiro últimos. Estiveram presentes centenas de operários, autoridades civis e eclesásticas e representantes de federações e sindicatos de trabalhadores de todo o Estado, além de líderes estudantes e camponeses. Entre os dirigentes sindicais notavam-se os senhores Oto Bracarense da Costa, delegado do IAPB no Paraná, e Expedito de Oliveira Rocha, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas de Curitiba.

NR ENVIA MENSAGEM

Não tendo podido comparecer à festa, o correspondente de NOVOS RUMOS

Santos parou em defesa dos mandatos

SP: SEIS MIL SARGENTOS E SOLDADOS RECLAMAM POSSE PARA DEPUTADOS ELEITOS

SÃO PAULO (Da sucursal) — Seis mil sargentos, cabos e soldados do Exército, Marinha e Aeronáutica realizaram uma grande assembleia no Teatro Paramount, na noite de 26 de janeiro, num ato em que realizaram seu protesto contra a cassação dos mandatos de sargentos eleitos no pleito de outubro do ano passado. Duas enormes faixas mostravam estes dizeres: «Exigimos o respeito à vontade popular» — «De fuzil na mão, ao lado do povo, pela grandeza da Pátria». Durante longos minutos, militares e civis presentes aplaudiram as expressões contidas naquelas faixas, pois elas traduziam um sentimento generalizado.

Os trabalhos da reunião foram presididos pelo sargento Aymoré Zoch Cavalheiro, do Rio Grande do Sul, eleito com grande votação, e que no entanto teve sua eleição anulada pelo Tribunal Eleitoral, numia decisão que indignou toda a opinião pública.

Encontravam-se à mesa dos trabalhos representantes de vários sindicatos operários, do Forum Sindical e representantes dos sargentos

MOS DO Paraná, jornalista Agilberto Azevedo, convidado especial dos trabalhadores, enviou a seguinte mensagem aos diretores do Sindicato dos Carregadores e Ensacadores de Café: "Agradecendo o atencioso convite para assistir à inauguração da nova sede social desse Sindicato, com grande pesar comunique aos companheiros que, por motivo de absoluta força maior, sinto-me na impossibilidade de estar presente a essa festividade."

APROVEITANDO O ENSEJO

Aproveitando o ensejo, transmitiu a essa Diretoria, e, por seu intermédio, a todos os associados dessa gloriosa organização da classe operária, minha calorosa saudação por mais esta vitória alcançada pelos carregadores e ensacadores de café de Paranaguá, confiando em que a nova sede terá inestimável papel no fortalecimento desse Sindicato e da unidade de todos os trabalhadores paranaenses.

PRESENÇA DO CPC

Um dos pontos altos da reunião de inauguração da nova sede dos carregadores e ensacadores de café foi a presença do Centro Popular de Cultura de Curitiba, que encenou vários quadros, aplaudidíssimos pelos trabalhadores, entre os quais "Não tem imperialismo no Brasil", "Salário Mínimo", "Canção da Reforma Agrária" e "Canção do Subdesenvolvido".

Desse modo os melhores votos de êxito a essa festa de confraternização dos trabalhadores do nosso porto é com satisfação que reafirmo os inabaláveis propósitos de continuar refletindo nas páginas de NOVOS RUMOS, semanário do qual sou representante no Paraná, as lutas e os problemas do povo, particularmente da classe trabalhadora, vanguardada das grandes jornadas pátrias."

através do Forum Sindical de Debates. Desejando os melhores votos de êxito a essa festa de confraternização dos trabalhadores do nosso porto é com satisfação que reafirmo os inabaláveis propósitos de continuar refletindo nas páginas de NOVOS RUMOS, semanário do qual sou representante no Paraná, as lutas e os problemas do povo, particularmente da classe trabalhadora, vanguardada das grandes jornadas pátrias."

através do Forum Sindical de Debates. Desejando os melhores votos de êxito a essa festa de confraternização dos trabalhadores do nosso porto é com satisfação que reafirmo os inabaláveis propósitos de continuar refletindo nas páginas de NOVOS RUMOS, semanário do qual sou representante no Paraná, as lutas e os problemas do povo, particularmente da classe trabalhadora, vanguardada das grandes jornadas pátrias."

através do Forum Sindical de Debates. Desejando os melhores votos de êxito a essa festa de confraternização dos trabalhadores do nosso porto é com satisfação que reafirmo os inabaláveis propósitos de continuar refletindo nas páginas de NOVOS RUMOS, semanário do qual sou representante no Paraná, as lutas e os problemas do povo, particularmente da classe trabalhadora, vanguardada das grandes jornadas pátrias."

através do Forum Sindical de Debates. Desejando os melhores votos de êxito a essa festa de confraternização dos trabalhadores do nosso porto é com satisfação que reafirmo os inabaláveis propósitos de continuar refletindo nas páginas de NOVOS RUMOS, semanário do qual sou representante no Paraná, as lutas e os problemas do povo, particularmente da classe trabalhadora, vanguardada das grandes jornadas pátrias."

através do Forum Sindical de Debates. Desejando os melhores votos de êxito a essa festa de confraternização dos trabalhadores do nosso porto é com satisfação que reafirmo os inabaláveis propósitos de continuar refletindo nas páginas de NOVOS RUMOS, semanário do qual sou representante no Paraná, as lutas e os problemas do povo, particularmente da classe trabalhadora, vanguardada das grandes jornadas pátrias."

através do Forum Sindical de Debates. Desejando os melhores votos de êxito a essa festa de confraternização dos trabalhadores do nosso porto é com satisfação que reafirmo os inabaláveis propósitos de continuar refletindo nas páginas de NOVOS RUMOS, semanário do qual sou representante no Paraná, as lutas e os problemas do povo, particularmente da classe trabalhadora, vanguardada das grandes jornadas pátrias."

DE CUBA PARA O BRASIL
(ondas curtas)

Diariamente, entre 20.00 e 21.00 horas a Rádio Havana — Cuba transmite programação especial em português. Faixa de 18 metros, 18,340 Hz.

PRESTES FALA A NOVOS RUMOS

Ministério e Plano Trienal: Compromisso e Conciliação Com o Imperialismo e o Latifúndio

1. Como aprecia os últimos acontecimentos políticos, particularmente a revogação do Ato Adicional e a formação do Ministério pelo sr. João Goulart?

Em 6 de janeiro, o povo brasileiro compareceu em massa às urnas e impôs mais uma derrota às forças reacionárias que o convidavam à abstenção. Graças a esta inequívoca manifestação popular, foi revogado o Ato Adicional e o sr. João Goulart recuperou os poderes que lhe haviam sido arrebatados. Não é, assim, por falta de apoio do povo que o presidente da República deixa de tomar as medidas há muito reclamadas pelos supremos interesses nacionais. Muitas dessas medidas estão inscritas no programa do PTB e, durante anos seguidos, vêm sendo prometidas pelo sr. João Goulart e por outros políticos que hoje ocupam posição de destaque no executivo ou no legislativo. Reforma agrária, medidas práticas contra a espoliação imperialista, combate efetivo à carcerista de vida, garantia e ampliação das liberdades democráticas — eis o que o povo exigiu a 6 de janeiro.

Como responde agora o governo aos reclamos do povo? Aí temos, como orientação geral do governo, o Plano Trienal do sr. Celso Furtado: como ação prática, a elevação dos preços da gasolina e do trigo, determinando espetacular aumento do custo de vida; e como arremate político a nomeação de um ministério, da livre escolha do presidente Goulart, formado à base de compromisso com as direções reacionárias do PSD e do PSP. Embora o novo ministério conte com a participação de algumas personalidades vinculadas ao movimento nacionalista e democrático, a presença de representantes dos círculos reacionários, como Amaral Peixoto, Pinheiro Chagas e Antônio Balbino, indica o prosseguimento da mesma linha de conciliação com os setores que representam o imperialismo e o latifúndio. Evidentemente, ao formar esse Ministério, o presidente não levou em consideração o profundo significado do voto popular a 6 de janeiro.

2. Que pensa da política econômico-financeira traçada no Plano Trienal elaborado pelo sr. Celso Furtado?

Não cabe aqui, em simples entrevista, analisar documento tão complexo como é o chamado Plano Trienal. Queremos apenas definir com clareza, sem subterfúgios, nossa posição diante dos interesses econômicos e políticos que ele traduz. O Plano estabelece como objetivo principal assegurar a taxa de desenvolvimento econômico do país e, simultaneamente, reduzir de modo progressivo a pressão inflacionária. Assim, pela primeira vez, um programa de ação do governo considera possível manter o crescimento da economia brasileira, ao mesmo tempo que são adotadas medidas contra a inflação. Até agora, somente os comunistas defendiam firmemente essa tese. O Plano Trienal situa-se, portanto, no terreno de uma política de desenvolvimento, distinguindo-se dos planos de estabilização monetária como o do sr. Lucas Lopes, que pretendia conter a inflação reduzindo o ritmo de desenvolvimento econômico.

Entretanto, discordamos da solução proposta pelo sr. Celso Furtado para atingir aqueles objetivos. O Plano não enfrenta as causas estruturais da inflação. Nenhuma medida concreta propõe contra a espoliação imperialista, não cogita de restringir a remessa de lucros, nem estabelece o controle do câmbio pelo Estado. Nada contém no sentido de reduzir as escandalosas subvenções ao setor cafeeiro ou de propor transformações profundas na estrutura agrária. Segundo o Plano, o combate à inflação seria travado apenas através de medidas de caráter monetário e financeiro, muitas delas indicadas pelo Fundo Monetário Internacional — diminuição das despesas públicas, aumento de im-

postos indiretos, corte dos subsídios ao consumo, aumento das tarifas de serviços públicos, subvenções às exportações. O Plano é, assim, uma tentativa da burguesia ligada aos interesses nacionais para conciliar o desenvolvimento econômico e a redução do ritmo inflacionário com a manutenção dos privilégios do capital imperialista e do setor latifundiário-exportador. Deve ser combatido, portanto, pelas forças patrióticas e populares.

3. Qual a sua opinião sobre a afirmativa de que, nos termos do Plano Trienal, o desenvolvimento econômico seria realizado fundamentalmente com base em recursos internos?

Quando o Plano afirma que o desenvolvimento econômico será realizado fundamentalmente com base em recursos internos, não está afirmando nenhuma novidade, pois é isto o que sempre ocorreu. Os ingressos do capital estrangeiro sempre constituíram uma porcentagem relativamente pequena no total dos investimentos. Na realidade, a execução do Plano depende, essencialmente, da concessão de empréstimos e financiamentos norte-americanos. Isto é confessado no próprio texto, onde se diz que a taxa de crescimento econômico de 7% anuais não poderá ser mantida sem um refinanciamento da dívida externa do país no valor de 1 bilhão e 500 milhões de dólares, durante o triênio, além de inversões diretas de capital estrangeiro no montante de 310 milhões de dólares, no mesmo período. O Plano mantém, assim, a mesma situação de dependência financeira do país em relação aos círculos imperialistas.

É no sentido de conseguir tais recursos no exterior que se orienta o sr. San Tiago Dantas, atual ministro da Fazenda. Em seu discurso de posse, onde estão contidas sérias ameaças aos interesses nacionais, considera expressamente que é indispensável ao país a contribuição do capital imperialista, e, embora não fale claramente em congelamento de salários, insiste na velha mentira reacionária de que o aumento de salários pode ser causa da inflação. Já é do conhecimento público que se iniciaram as conversações com os representantes do FMI, o embaixador Lincoln Gordon e um representante do Departamento de Estado, a fim de obter o refinanciamento solicitado no Plano. Logo, caberá aos imperialistas decidir, em última instância, a sorte do Plano Trienal. E não há motivo para pensar que concederão os créditos sem fazer qualquer imposição.

4. Que consequência poderá ter a política do Plano Trienal em relação aos interesses vitais dos trabalhadores?

Estas consequências já estão sendo sentidas pelos trabalhadores em sua própria carne. A pretensão de conter o ritmo inflacionário, foram bruscamente reduzidos os chamados subsídios cambiais concedidos ao petróleo e ao trigo. O governo atual prossegue, assim, no caminho da mesma política cambial exigida pelo FMI e realizada pelo governo Jânio Quadros com a instrução 204. Antes de findar o mês de janeiro, em que os trabalhadores receberam pela primeira vez o salário mínimo reajustado com aumento inferior a 60%, já são obrigados a pagar os artigos de primeira necessidade com aumentos que chegam a 70% no caso do gás combustível e a 100% no caso do pão e das massas alimentícias. Nestas condições, só poderá ser rechaçado pelos trabalhadores o apelo que lhes dirigiu o novo ministro do Trabalho, sr. Almino Afonso, no sentido de que suspendam as greves e aceitem resignados a alta do custo de vida, em nome de uma pretensa «paz social», que significa crescente exploração das massas assalariadas e novos privilégios para os ricos.

5. Como encara a concessão, pelo Banco do Brasil, de vultoso empréstimo à Standard Electric, a fim de anular os efeitos da nacionalização da Telefônica realizada pelo governador Brizola?

Este escandaloso empréstimo é, como denuncia o sr. Leonel Brizola em nota pública, uma verdadeira doação de 1 bilhão e 300 milhões de cruzeiros à International Telephone and Telegraph Corporation (IT&T), cuja subsidiária gaúcha foi encampada pelo governo estadual mediante o pagamento de justa indenização. Nenhum patriota pode deixar de protestar contra essa vergonhosa capitulação do sr. João Goulart diante da pressão dos monopolistas norte-americanos. O mais grave, porém, é que este ato se relaciona com todo um plano de encampação das empresas de serviços públicos, em condições nocivas aos interesses nacionais. Como estes investimentos são considerados «impossíveis» pelos próprios imperialistas, pretende-se encampar tais empresas, com o pagamento de vultosas indenizações que serão aplicadas em outros ramos da indústria. Em lugar de «primir estes focos de espoliação, trata-se apenas de transferi-los para outros setores da economia nacional. Como já foram iniciadas negociações, nestes termos, para encampação das subsidiárias da Bond and Share, é necessário que se ergam imediatos protestos. As empresas de serviços públicos devem ser encampadas pelo custo histórico e mediante o tombamento de seu patrimônio por comissões idôneas. Nenhuma outra indenização é admissível.

6. Que perspectivas se abrem às lutas do povo brasileiro, diante dos fatos aqui analisados?

O povo brasileiro não pode permitir que os seus governantes prossigam no caminho que insistem em trilhar. Os comunistas denunciam e combatem as vacilações do governo e seus compromissos com o imperialismo e os setores retrógrados, sem deixar de apoiar firmemente os atos positivos que se opõem aos interesses das forças reacionárias.

Agora, é preciso intensificar em todo o país a luta pelo imediato reajustamento de salários e vencimentos, o combate dos trabalhadores e de todo o povo contra a carcerista de vida, a especulação e a sonegação de artigos de consumo popular, exigindo do governo medidas energéticas e urgentes. Cumpra impulsionar a ação dos camponeses pela posse da terra, pela regulamentação dos contratos de arrendamento e parceria, por suas reivindicações imediatas. Nosso povo não admite qualquer retrocesso na política externa, particularmente no que se refere à salvaguarda da paz mundial, à defesa da autodeterminação do povo cubano, à intensificação das relações com todos os povos, inclusive com os países socialistas.

A política de conciliação do atual governo, que no caso da IT&T já descamba para a capitulação, opõem os comunistas e todas as forças nacionalistas e democráticas um programa orientado no sentido da realização de reformas profundas, que atinjam as causas estruturais da inflação. O que o povo brasileiro exige e há de conquistar, através de suas lutas, é a realização imediata da reforma agrária, a limitação drástica da remessa de lucros dos monopólios, o rigoroso controle estatal do câmbio e do comércio exterior, a nacionalização das empresas imperialistas que ocupam posições-chave em nossa economia. Deve prosseguir, portanto, com decisão e energia, a luta por um governo nacionalista e democrático que empreenda a realização de tais reformas.

A política de conciliação com o imperialismo, o latifúndio e as forças reacionárias não tem futuro — concluiu Luiz Carlos Prestes. As forças nacionalistas e democráticas unir-se-ão para derrotá-la e obter novos avanços no sentido da emancipação e do progresso do país.

San Tiago Defende IT&T Brizola Defende o Brasil

Duas notas foram divulgadas, domingo último, acerca da encampação pelo governo gaúcho da subsidiária da "International Telephone & Telegraph Corporation" e da decisão do governo brasileiro de "anticipiar" o pagamento da indenização a esse truste norte-americano, entregando-lhe 1 bilhão e 300 milhões de cruzeiros. Uma das notas foi tornada pública pelo novo ministro da Fazenda, sr. San Tiago Dantas, a outra pelo governador Leonel Brizola.

São duas notas que refletem duas atitudes opostas. Enquanto a primeira defende a capitulação ao imperialismo, nesse episódio, a segunda denuncia essa capitulação como lesiva aos interesses nacionais e ultrajante à justiça e à própria soberania de nosso País.

AO INDEFENSÁVEL

A nota oficial do Ministério da Fazenda, pretendendo justificar o verdadeiro crime que é a entrega de 1 bilhão e 300 milhões de cruzeiros à IT&T, não passa de uma mistificação. Diz que "o empréstimo industrial concedido à Standard Electric S/A" não importa em pagamento antecipado "de qualquer indenização dos bens" da IT&T desapropriados no Rio Grande do Sul. Entretanto, reconhece que "a Standard Electric é uma subsidiária da IT&T, estabelecida no Rio de Janeiro há cerca de 35 anos" e afirma que o empréstimo "se destina a investimento na fábrica de telefones, aparelhos de rádio e televisão, e material eletrônico em geral que essa firma está construindo no Rio de Janeiro". Acrescenta que "a indenização que venha a ser paga à CTN, no Rio Grande do Sul, será aplicada em seu próprio empréstimo — NR) reconvertido ou amortizado". É, como se vê, uma forma de burlar a decisão da Justiça brasileira e empulhar a opinião nacional. Por que então o Governo empresta a uma subsidiária da IT&T a soma fabulosa de 1 bilhão e 300 milhões de cruzeiros para a construção de aparelhos de rádio e televisão, no instante em que o mesmo Governo anuncia medidas de contenção do consumo e declara que não dispõe de recursos para conceder empréstimos — público um aumento de 10% no aumento do custo de vida? Não há dúvida de que o consumo não se refere também aos aparelhos de rádio e televisão da Standard Electric que, ao contrário, estipulado numa base altamente inflacionária? E como explicar que os recursos que não existem para a sobrevivência dos servidores do Estado existam e sejam entregues de modo tão generoso a truste imperialista lanque não faz em nossa terra outra coisa senão arrancar lucros e mais lucros?

É preciso ficar bem claro que o ministro San Tiago Dantas não consegue impor-se ao respeito de ninguém afirmando que a capitulação à IT&T "atendeu, sob todos os aspectos, ao interesse nacional". Foi-se o tempo em que tais afirmações podiam impressionar por si mesmas, independentemente dos fatos. No caso, ao contrário do que diz o ministro da Fazenda, os fatos estão mostrando, com uma revoltante nitidez, que o que existe é uma indefensável traição aos interesses nacionais. O caso da IT&T — cuja encampação constitui um simples ato de soberania — é muito simples. Está entregue à Justiça brasileira, que deverá indenizar o montante da indenização. Ao Governo brasileiro cabe apenas aguardar essa decisão e prestígio, repellido, toda forma de pressão colonialista que parta do Governo norte-americano em defesa dos interesses espoliadores de um truste contra os quais se chocam os interesses do Brasil, os únicos que deveriam ser sagrados para as autoridades de nosso País.

BRIZOLA DENUNCIA

A nota do governo gaúcho põe os pontos nos "i". Confirmando o caráter mistificador do comunicado do Ministério da Fazenda, informa o sr. Leonel Brizola, que o Governo Federal lhe comunicara que "esse empréstimo excepcional destinava-se a dar uma solução provisória ao caso da encampação da "Companhia Telefônica Nacional" em face da intrínseca posição assumida pelo governo dos E.U.U., que chegou ao ponto de condicionar todas e quaisquer negociações econômico-financeiras com

o Brasil ao prévio resguardo dos interesses da "IT & T". Isso é dito textualmente pelo sr. Leonel Brizola — e todo o mundo sabe, em primeiro lugar o sr. San Tiago Dantas, que não mente. A T&T — prossegue a nota do sr. Brizola — de uma verdadeira doação (prazo de 8 anos, juros de 12% a esse "holding" internacional, em virtude da crescente desvalorização da nossa moeda). Sendo uma humilhante concessão ao imperialismo lanque, o "empréstimo" significa "um desvio de recursos nacionais tanto mais odioso quando feito em benefício de poderosa empresa estrangeira, no momento em que as empresas brasileiras lutam com dificuldades de financiamento interno".

A barganha com a IT&T é, assim, uma infame capitulação ao imperialismo, constituindo um achalhe ao Governo e à justiça do Rio Grande. O governador Brizola recapitula todo o processo que culminou com a encampação, mostrando que ele se fez "rigorosamente, sob o amparo das leis brasileiras e mediante autorização do Poder Judiciário". Do valor arbitrado para os bens da empresa lanque foram deduzidos os "montantes correspondentes aos materiais doados, pela população ao serviço, às indenizações do pessoal e à obsolescência dos equipamentos". O depósito prévio, feito pelo Estado para que esse pudesse imilit-se na posse dos bens da empresa encampada, foi fixado pela Justiça. "A encampação, sendo um direito do Poder Público, tornou-se a partir daquele instante — continua a nota do Governo gaúcho — um fato consumado e irreversível. A única particularidade a resolver seria e ainda é a fixação do Poder Judiciário do montante definitivo da indenização. E isso depende de processo que tramita regularmente na Justiça, e onde a empresa encampada terá que prestar contas também pelos prejuízos que impôs ao desenvolvimento do Estado e pelos lucros habilidosamente e de modo irregular remetidos para o exterior".

A decisão do Governo Federal, portanto, sob a mistificação do "empréstimo industrial concedido à Standard Electric S/A" — também um grosseiro desrespeito à autonomia de um Estado e às atribuições da Justiça. O ministro San Tiago Dantas é, porém, um professor de Direito — e sabe de tudo isso melhor do que nós. Por que investiu, então, contra esses postulados constitucionais, se tem o hábito de falar tão enfaticamente em coisas como "primado da Justiça"? Não há duas respostas: porque o Governo federal capitulou diante da pressão colonizadora do imperialismo, dos truste e do governo dos Estados Unidos. O "primado da Justiça" foi arquivado e

substituído pela submissão a um país estrangeiro.

O governador Brizola refere-se, em sua nota, à afirmação feita pelo embaixador Gordon, numa reunião havida no Itamarati, segundo a qual "o problema deveria ser resolvido por arbitragem internacional e não judicialmente, porque o Poder Judiciário brasileiro, para ele, parte na questão". A realidade está mostrando que o Governo brasileiro foi além das exigências do embaixador Gordon, pois aceitou, não um arbitramento internacional, mas o próprio preço imposto pela IT&T.

Compreende-se que o Governo norte-americano, dirigindo a maior potência imperialista do mundo, transforme em questão de Estado, como diz o sr. Brizola, "os interesses privados e os negócios de suas empresas e corporações econômicas". Assim age um governo imperialista, e isso não pode ser surpresa. O que não podemos admitir, quanto a nós, e que o Governo brasileiro, de um país espoliado pelos lanques, faça também desses interesses rapazes e não dos interesses da nossa Pátria, questões de Estado. Para nós, questões de Estado são unicamente as que envolvem os interesses nacionais e exigem a sua defesa. Os 10 milhões de brasileiros que votaram no sr. João Goulart, no dia 6 de janeiro, não pensam de outra forma e não admitem que os interesses do Brasil sejam assim vilmente alienados.

RESPONSABILIDADE DE JANGO

A nota do Governador Leonel Brizola peca apenas por não fixar com a devida clareza a responsabilidade pessoal do Sr. João Goulart nesse escandaloso assalto à economia brasileira. Antes, podia alegar-se que o Governo era o Conselho de Ministros. Agora, não, o sr. Goulart é o Presidente da República investido de todos os poderes. O Sr. San Tiago Dantas é seu ministro, faz o que o Sr. Goulart manda fazer e não tem autoridade para contrariá-lo. A principal responsabilidade, de por tudo isso cabe, assim, ao Presidente da República que, segundo se sabe, havia assinado, com Kennedy esses compromissos, em sua viagem a Washington. E o sr. João Goulart, mais do que o próprio sr. San Tiago Dantas, que terá de responder por esses "atos profundamente graves e lesivos aos interesses nacionais". É ele, portanto, que está obrigado perante o povo brasileiro a determinar um imediato reexame do assunto e a suspensão da imoral barganha feita com a IT & T. Esta é a única solução com a qual os brasileiros podem concordar.



De um abrigo de macróbios, localizado em Indiana do Sul, levanta-se, em tom de aflição e de ameaças, a voz do ex-embaixador americano em Havana, sr. Spruille Braden. Braden alimenta, em seu recesso, idéias sobre a forma de "eliminar o comunismo cubano". Idéias não muito originais, pois não se diferenciam de planos já postos em prática pelo próprio governo de Washington, em colaboração com rapazes como esses que ainda agora se entregam à prática de crimes passionais, em nossa embaixada em Cuba. Braden deseja uma "invasão em massa" do primeiro país a iniciar, na América Latina, a construção do socialismo.

Seria exagerado exigir-se do sr. Braden a compreensão de que, para começo de conversa, não se pode eliminar coisa alguma inexistente: o comunismo cubano. Cuba começa a construir o socialismo. O comunismo cubano virá a seu tempo, mas virá.

Braden acusa dois estadistas de seu país de não haverem limitado rigorosamente Adolfo Hitler, a propósito da questão cubana. Os dois estadistas acusados são os sr. Kennedy e Eisenhower. Este último, por não haver "impedido a ascensão de Fidel Castro ao poder". Bela confissão a respeito da exportação norte-americana da contrarrevolução. Diante das palavras do sr. Braden, o coronel Lino de Melo do programa de Chico Anísio, poderia interpellar Tio Sam: "Quer dizer que continuas o mesmo!"

O imperialismo norte-americano continua o mesmo. E assim, temlosamente, prossegue, enquanto for imperialismo, enquanto não virar poeira. Os tempos é que não continuam os mesmos. Dai as encurvaduras que se armam diante dos homens públicos ligados direta ou indiretamente aos negócios internacionais de Wall Street.

Vamos dar novamente a palavra ao sabroso diplomata Braden, hoje aposentado em Indiana do Sul, mas sempre brilhando nas manchetes da imprensa sadia de seu grande país. Spruille Braden proclama: "Nenhuma coisa jamais foi resgatada das garras do comunismo sem uma vigorosa ajuda exterior". (Braden coloca a "ajuda" e a intervenção prudentemente no mesmo saco). Acontece porém que a história tem quatro marchas avante e nenhuma atrás. Assim, o sr. Braden não poderia citar o exemplo de nenhuma país "resgatado das garras do comunismo" com ou sem ajuda vigorosa ou intervenções armadas. O primeiro país a construir o socialismo, a União Soviética, foi agredida por forças armadas imperialistas aos primeiros tempos da instituição de seu regime. Os agressores saíram derrotados. A União Soviética aí está, já na fase de construção do comunismo. E quantos povos a partir de 1917 não resgataram seus próprios países das garras do capitalismo?

CAPÍTULO MACABRO DE UM PLANO NAZISTA

Uma tenebrosa revelação deixa estarecida a opinião pública nacional neste princípio de ano: a polícia da Guanabara assassinou e lançou às águas do rio da Guarda três mendigos, três miseráveis pedintes cujo único delito consistia em não poderem ocultar a condição de marginalizados em que os atirou esta sociedade. A inominável barbaridade constitui um crime contra a humanidade, suficiente por si só para caracterizar a personalidade de seu inspirador e maior responsável — o "fuehrer" de Brucoli.

temática cobertura às violências brutais com que Lacerda reprime os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores e de outras camadas populares — não é um fato isolado, de iniciativa de autoridades policiais subalternas, como querem fazer crer certos porta-vozes do Palácio Guanabara. O episódio vergonhoso e repugnante é infelizmente apenas um capítulo da política policial traçada por Lacerda e seus auxiliares imediatos do setor — o carrasco Cecil Borer e o coronel da "guerra psicológica", Gustavo Borges.

É tão somente uma manifestação prática da ideologia da tortura e do extermínio, com a qual Lacerda — frustrado no golpismo,

mas realizado como seguidor de Himmler e Eichmann — pretende "sanear" a Guanabara, liquidando primeiro os "inimigos" e assim que ele denomina os aleijados e mendigos para em etapa posterior, após a destruição física de alguns delinqüentes e meliantes, promover a eliminação de presos políticos, objetivo final do plano.

Os círculos ligados ao governo nazista do Estado pretendem dar como encerrada a questão com a anunciada punição dos autores materiais da chacina do rio da Guarda — quatro policiais inferiores, incapazes de agir por conta própria — e com a trombeta instauração de "um rigoroso inquérito", dirigido pela po-

lícia mesma da Guanabara. Tais simulacros de providências devem ser energeticamente repellidos. Os quatro tarados executores da atrocidade não são responsáveis por aquela ação: como policiais, cumpriam ordens. E a realização pela polícia de um inquérito para apurar responsabilidades de um crime cometido por ela própria como instituição só pode ser considerada como escárnio e sombria zombaria. O assassinio dos mendigos e parte de vasto esquema de terror que prevê a mobilização de todo o aparelho policial para a sua execução, esquema elaborado por Borer e Borges, idealizado e supervisionado pela paranóia e pela fúria nazista de Lacerda. A medida a ser tomada, diante

da hedionda elocubração nazista que se inicia a pôr em prática, é a instauração de uma comissão parlamentar de inquérito, com amplos e totais poderes de investigação, a fim de que possam vir a público todos os pormenores da diabólica conspiração armada contra o povo e possa ser levada às últimas consequências a implacável condenação que não pode escapar a responsável direto pela implantação das execráveis práticas nazistas de seviciamento e extermínio físico: Carlos Lacerda, o desesperado Governador da Guanabara.

Os Caminhos da Revolução Nos Debates do Congresso do P. C. Italiano

DOLORES IBARRURI: A FRENTE ÚNICA NA LUTA PARA DERRUBAR O FASCISMO

A assembleia de p. com uma ovação que se prolongou por momentos, trouxe a camarada Dolores Ibarri para o palco. Ela falou em nome do Partido Comunista Italiano e saudou os camaradas espanhóis. Com voz firme porém comovida, a heroína representante do povo da Espanha leu a sua mensagem. Não foi necessário interpretar: cada vez que a companheira Ibarri referia à luta de ontem e de hoje do seu povo, a solidariedade manifestada pela juventude italiana e espanhola, gritos e aplausos estouravam no Congresso. No final, a camarada Ibarri foi saudada por delegados e convidados ao Congresso, representantes de todos os partidos comunistas e operários, jornalistas da imprensa italiana e estrangeira, todos de p. saudaram e aplaudiram a camarada Ibarri e em sua pessoa os combatentes da dura luta que continua a fim de liquidar o fascismo na Espanha.

Em seu discurso, Dolores Ibarri exprimiu em primeiro lugar a alegria dos representantes do Partido Comunista Espanhol por estarem presentes a uma tão numerosa reunião de comunistas, animada de tão forte paixão política e de tamanho entusiasmo combativo.

Mas não se trata apenas de alegria: "Queremos dizer-vos — continuou ela — o quanto é profunda nossa emoção pelo fato de nos encontrarmos em vosso maravilhoso país e de estarmos hoje convosco, vós e os jovens camaradas, os quais nos unem não somente a mesma ideologia, mas também a luta comum de longos e duros anos contra o fascismo. Estamos unidos por vínculos de amizade e de sangue que não poderão ser destruídos nem pelo tempo nem pela distância porque alimentados e conservados pela recordação indelével dos nossos heróis e dos nossos mártires.

"Para nós — continuou a grande combatente pela liberdade da Espanha — que estamos longe, exilados do nosso país, vir à Itália e um pouco como estamos vizinhos da Espanha, sentimos fisicamente a sua proximidade e ao mesmo tempo conhecemos o berço da nossa língua, da nossa cultura, das nossas antigas instituições democráticas, da nossa civilização. Mas sobretudo, vir à Itália quer dizer conhecer-vos, caríssimos camaradas e amigos, conhecer melhor o povo italiano, que é tão vizinho e tão semelhante ao nosso pelo seu caráter, pela sua história pelas suas tradições internacionalistas e revolucionárias.

"Vimos ao vosso Congresso com um profundo sentimento de respeito para com o vosso grande Partido, que continuando as gloriosas tradições do movimento operário italiano, soube, com incontestável habilidade política, encontrar novas formas de luta que correspondam às exigências impostas pelas características sociais e econômicas do nosso tempo. Para tal, acompanhamos com grande atenção o discurso da camarada Togliatti, cuja importância não é somente nacional mas internacional. Ao ouvi-lo, pensávamos no grande auxílio que a vossa experiência poderá representar para nós e para todo o movimento comunista internacional."

Neste ponto, a camarada Ibarri refere-se às últimas jornadas de luta pela liberdade do povo espanhol, quando milhares de jovens saíram às praças da Itália. "Faz algum tempo, por ocasião da injusta condenação de um jovem antifascista espanhol, ocorreram imediatamente na Itália grandes manifestações de protesto que revelaram ao mundo inteiro quão é intenso o temor que a ditadura franquista nutre pela hostilidade da opinião pública democrática. Permite-me, face às mentiras e à histeria da propaganda franquista contra a Itália, exprimir desta tribuna a nossa gratidão a todos aqueles que de qualquer modo manifestaram sua solidariedade com a luta do povo espanhol e solicitaram a ajuda para os nossos prisioneiros políticos. A nossa gratidão volta-se especialmente — afirmo — a camarada Ibarri, enquanto cada palavra sua era sublinhada de aplausos

vibrantes — para os jovens comunistas, socialistas, republicanos, cristãos, que, com tamanha decisão e coragem, lutaram contra o terror político na Espanha. Vamos rever na juventude italiana o espírito dos "garibaldinos", que nos tempos de batalha espanhóis escreveram tantas páginas heróicas.

"Mas sobretudo o fato de que a juventude italiana luta com tamanha continuidade contra o fascismo espanhol, confirma aquilo que nos sustentávamos faz muito tempo: que o problema da Espanha não consiste nem num problema do passado nem numa questão sentimental, mas num problema vivo e atual, que interessa a todos os homens que possuem uma consciência limpa."

Depois de recordar que a solidariedade com o povo espanhol se revivia e se acentua hoje, depois dos grandes movimentos recentes de greves que abalaram as bases da ditadura, a movimentos políticos e sociais, vive, como exemplo, as declarações dos trabalhadores ingleses, dos socialistas escandinavos, dos sindicalistas americanos assim como de numerosas personalidades católicas de diversos países, a companheira Ibarri afirmou ainda que existem hoje possibilidades de fazer mais.

"Tem razão, portanto, o companheiro Togliatti quando indica em seu relatório como uma das fraquezas do movimento comunista na Europa ocidental, a insuficiência da ação de solidariedade ao povo espanhol e com os demais povos que combatem contra o fascismo. Solicitando o fortalecimento dessa solidariedade, não falamos, porém, em nome de um povo e de uma classe operária que esperam passivamente a derrocada da ditadura, mas em nome daqueles que já lutam para destruir o regime de Franco. A ditadura franquista, sustentada até aqui pelo imperialismo americano, por outros nefastos cúmplices que hoje, porém, pesam um pouco menos, e a esse respeito, o resultado se chegou ao que parece também pela vontade da suprema autoridade da Igreja Católica, está de fato em decomposição sob a pressão da luta popular e das contradições internas insolúveis que alimentam."

"Assim, se o franquismo pode ainda servir-se de torturas, como ocorreu com nossos heróicos companheiros Orm Azala, Ibarri, Grimaud e com tantos antifranquistas — entre os quais muitos católicos — não pode mais impedir a classe operária de estender a luta de uma ponta à outra da Espanha nem ao movimento de oposição das forças burguesas de ampliar em sua ação. Assim, também as forças que apoiaram até ontem a ditadura, pensam hoje em substituí-la por outra coisa que seja totalmente diferente.

Nesta situação, interpretando os sentimentos autênticos do povo, o Partido Comunista sustenta decididamente uma política de reconciliação nacional que faça desaparecer o abismo de ódio e de sangue aberto pela guerra civil e a destruição da ditadura sem provocar uma nova guerra civil. É com base nessa política que foi possível estabelecer um diálogo também com as forças que participaram da luta ao lado de Franco mas que hoje se encontram na oposição à ditadura. E é com base nessa mesma política unitária que das grandes greves da primavera passada participaram comunistas, socialistas, anarquistas e republicanos, além de importantes setores de operários católicos. Tudo isso confirma as reais possibilidades de uma política, que é a do Partido Comunista Espanhol que tende a restabelecer a unidade entre todas as forças operárias e democráticas no sentido da liquidação da ditadura franquista e da construção de uma nova Espanha."

Na parte final do seu discurso, a camarada Ibarri examinou os problemas da luta pela paz e da unidade do movimento comunista internacional. Depois de ter recordado que também a Espanha é hoje uma base militar do imperialismo norte-americano, a oradora afirmou que, nas últimas semanas a paz foi salva, isto aconteceu graças à iniciativa da União Soviética, à sua po-

sição firme e simultaneamente flexível, aos esforços de camarada Kruschiov. Graças a isso foi possível impor ao imperialismo americano um compromisso razoável que preservava a humanidade da catástrofe atômica.

A solução dada à crise permite assim ao povo cubano continuar a construir o regime que escolheu livremente. Os fatos demonstram a justiça das conclusões às quais chegou o XX Congresso do PCUS ao afirmar que é possível hoje, graças à existência de um campo socialista tão poderoso, evitar a guerra através de uma aplicação efetiva de uma política de coexistência que comporta acordos e concessões mútuas recíprocas.

"Aqui foi denunciado com grande cruzada — afirmou a oradora — a indigna conduta dos dirigentes albaneses, que ao invés de corrigirem suas intoleráveis posições — que nada possuem de comum com o marxismo — tentam com suas insidias e com suas odiosas calúnias contra a União Soviética e os partidos comunistas, confundir as ideias da gente simples e dividir o movimento comunista internacional, com vantagens unicamente para os inimigos da classe operária e do socialismo."

"Como é possível compreender o fato de que, nesta situação, os companheiros chineses continuam a dar seu apoio aos dirigentes albaneses?"

"Nós afirmamos que essa posição não é justa e queremos recordar aos camaradas chineses que apenas denunciando e condenando as posições anti-marxistas e as quais se colocaram os dirigentes albaneses é possível ser fiel às tradições e aos princípios leninistas e manter e consolidar a unidade do movimento comunista internacional."

A companheira Ibarri termina entre uma entusiástica ovação da assembleia, saudando o Congresso e "o vosso grande Partido do qual podem sentir-se orgulhosos não somente a classe operária e o povo italiano, mas todo o movimento comunista."

Depois da publicação, no número anterior, de trechos do relatório apresentado pelo camarada Palmiro Togliatti ao X Congresso do Partido Comunista Italiano, NR insere, neste número, nesta página, amplos resumos dos discursos proferidos pelo camarada Chao Yi-ming, representante do PC da China, e por Dolores Ibarri, secretária do CC do Partido Comunista da Espanha. Os resumos foram traduzidos do jornal italiano L'Unità.



Dolores Ibarri

Teoria e Prática Apêndice de Saravali

«É possível saltar etapas da revolução?»

(Pergunta da leitora Lda Souza, de Caxias, Rio Grande do Sul)

Claro que não. O desenvolvimento da sociedade é um processo objetivo, ascendente e contínuo, sujeito a leis e definido por condições materiais precisas. Sem dúvida, os homens atuam nesse processo e fazem a sua história, através da ação consciente das massas trabalhadoras. Não fazem, porém, ao sabor de seus desejos e aspirações — mas dentro das condições materiais da época. "Por mais nobre que seja um objetivo — diz Marx — ele só brota quando já existem ou estão em gerando as condições materiais necessárias à sua realização." E só se torna realidade quando a necessidade imperiosa é compreendida pelas grandes massas populares, através de sua experiência política e das lições da vida. Assim, o "ideal marxista de progresso social não se apoia nos bons desejos — mas na análise científica dos estágios de desenvolvimento social e na previsão também científica da sucessão desses estágios. O que leva ao socialismo não é o sonho secular de um futuro melhor: é o processo objetivo de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, é o processo de desenvolvimento da luta de classes, na sociedade moderna."

O papel das classes obedece também a essas leis. Correspondem a etapas históricas determinadas, surgem para servir ao desenvolvimento social e, dada a sua contribuição devem, ceder lugar às novas forças sociais avançadas. Não permanecem na cena histórica o tempo que desejam, nem impõem por si mesmas os destinos da vida social — que só as grandes massas populares definem como criadoras de todas as transformações. Por isso mesmo, o marxismo chama a distinguir o papel das massas e a missão da classe e do partido de vanguarda: a não confundir seus níveis de consciência; a ter sempre em conta a grande lei da vida social segundo a qual as massas, criadoras da história, aprendem através de sua própria experiência.

E como as classes correspondem a etapas determinadas de desenvolvimento social, o mesmo pode-se dizer de cada etapa do processo. O que define uma etapa revolucionária é o nível de sua economia — e, com ela, o tipo e o caráter de suas contradições fundamentais; as tarefas sociais que delas decorrem, como condição de desenvolvimento; as classes e camadas sociais chamadas a realizar essas tarefas. O caráter e as tarefas de uma etapa não se modificam dentro de um processo normal, pois seus elementos básicos impõem-se como produto objetivo de toda a evolução social anterior. O que varia são as condições e o sentido em que são realizadas; a correla-

ção de forças no conjunto de classes e camadas que constituem suas forças motrizes; e sua base social, isto é, a presença crescente e ativa das massas populares — e, em consequência, a hegemonia do movimento e o caráter (vocalmente, conciliador ou consequentemente revolucionário) da classe que detém essa hegemonia em suas mãos; são, em decorrência de tudo isso, o ritmo e o grau de profundidade e consequência a que é levada a solução das tarefas sociais já maduras. E desses fatores que decorrem os dois caminhos do desenvolvimento — capitalista e não capitalista — que se abrem hoje aos povos que lutam pela emancipação nacional efetiva e pelo progresso social. Um e outro têm que enfrentar as tarefas da revolução nacional e democrática — e é esse seu traço comum. O que os distingue são suas forças motrizes, o nível de presença das forças populares, a força hegemônica da revolução.

Sem dúvida, a história assinala certos saltos de etapa. Eles não são, porém, produto de um processo normal de desenvolvimento. Estão condicionados a fatores estranhos: à interferência, superposição ou aproximação gradativa de um processo econômico-social a outro processo em nível superior de desenvolvimento. Isso se fez por caminhos diversos: pela violência dos colonizadores (na América Latina, na África, etc) sobre as comunidades primitivas; ou pela colaboração e aliança com nações avançadas, socialistas (como no caso da Mongólia Exterior e das comunidades atrasadas da URSS). Mesmo assim, o fenômeno não se impõe como simples cópia ou transferência de regimes — como o provam os séculos de regime escravista em nosso país e na América do Norte.

O que é necessário destacar é o papel da classe operária, entre as forças motrizes da revolução, em nossa época; a presença das massas populares — e, com elas, o avanço do conteúdo social da frente nacionalista e democrática; as perspectivas novas que crescem, assim, para a hegemonia do proletariado. Com isso, abre-se a possibilidade de aproximar as etapas da revolução.

E o que nos mostra o exemplo de Cuba, onde o Poder revolucionário realizou, no curto prazo de 20 meses — de janeiro de 1959 a outubro de 1960 — as tarefas da revolução nacional e democrática — e pôde assim, passar ao desenvolvimento não capitalista e abrir, com o apoio de todo o povo, a era do socialismo em seu país. Não há salto de etapas: há aproximação entre as etapas,

CHAO YI MING EXPÕE AS POSIÇÕES DO PARTIDO COMUNISTA DA CHINA

O camarada Chao Yi-ming, candidato a membro do C. C. do Partido Comunista Chinês, trouxe a saudação do Partido e do povo chinês. Pronunciou um amplo discurso político no qual expôs as conclusões das posições das camaradas chinesas, com vivos pontos polêmicos que provocaram algumas cogitações pela sala.

O camarada Chao Yi-ming iniciou o seu discurso sublinhando o importante papel do Partido Comunista Italiano na luta de libertação e pela conquista de um regime de democracia avançada. Recordou como a batalha contra o renascimento das forças fascistas, pela salvaguarda da soberania nacional e da paz mundial, contra as bases atômicas instaladas no território italiano, vem se desenvolvendo impetuosamente e como milhões de operários e camponeses italianos têm dado, com imponentes greves e manifestações, repetidas provas da combatividade do povo trabalhador. O Partido Comunista e o povo chinês rendem a essa justa luta a maior homenagem e lhe emprestam resoluta apoio.

Depois dessa saudação inicial, o camarada Chao Yi-ming passou a analisar a situação internacional que — disse — continua a evoluir a favor dos povos. A grande luta dos povos do mundo inteiro contra a tensão criada pelo imperialismo americano, contra o novo e o velho colonialismo, pela independência nacional, pela democracia e pelo progresso social e pela defesa da paz mundial, se está desenvolvendo de modo irresistível, torna-se dia a dia mais poderosa e obtém sempre novas vitórias.

Nos últimos anos, a força do campo socialista foi enormemente aumentada, levantando-se impetuosamente as ondas das revoluções democráticas e populares dos povos da Ásia, da África e da América Latina, assediando golpes contínuos contra as últimas posições do sistema colonial do imperialismo. Aquelas zonas, consideradas por longo tempo como reservas estratégicas, tornaram-se hoje a frente da luta.

Chao Yi-ming recorda em particular a grande vitória do povo cubano pela sua liberdade, a luminosa vitória do povo argelino depois de sete anos de heróica luta armada, e os grandes êxitos populares do Laos, do Viet-Nam do Sul, da Coreia do Sul da Indonésia e do Japão, e concluindo, faz ainda uma referência ao "notável desenvolvimento das lutas democráticas e nacionais dos demais países do mundo."

"Em contraste com o desenvolvimento impetuoso das forças revolucionárias, afirma ele a essa altura — o sistema mundial do capitalismo mergulhou num processo de ulterior decadência e degradação. Se bem que o imperialismo americano permaneça ainda a potência imperialista mais importante, sua superioridade política e econômica no bloco imperialista está relativamente enfraquecida e sua posição de hegemonia no seio deste bloco já começou a vacilar. Os contrastes abertos e ocultos entre os diversos países imperialistas estão se agravando e o campo imperialista tende a desagregar-se. O imperialismo americano, culpado de crimes flagrantes e de toda a sorte de erros, vem sofrendo enérgica oposição de todos os povos do mundo. Para os imperialistas, encabeçados pelos Estados Unidos, os tempos se tornam cada vez mais difíceis. Estes — acrescenta ele — têm seus dias contados.

"A evolução da situação internacional continua a demonstrar que na arena mundial as forças do socialismo prevalecem de modo cada vez mais nítido sobre as do imperialismo, as forças da paz sobre as da guerra e as forças da revolução sobre as da reação."

classe da humanidade ensina que todas as forças reacionárias agonizantes debatem-se sempre desesperadamente num último sobressalto. As forças imperialistas, com os Estados Unidos à frente, perseguem com renovado vigor sua política de guerra e de agressão."

O camarada Chao Yi-ming define nesse ponto a política de Kennedy e o "dupla tática" contra-revolucionária aplicada da maneira mais astuta e aventureira, como prova a brutal agressão contra Cuba, acompanhada de "atos abertos e flagrantes de pirataria." "Hoje, — disse — os povos da América Latina e todos os povos que amam a paz e são pela justiça, sustentam firmemente as cinco exigências apresentadas pelo primeiro ministro Castro e a luta do povo cubano pela sua legítima defesa." Os crimes dos Estados Unidos demonstram que o imperialismo americano é o bastião da reação mundial. Isso prova "que a natureza do imperialismo não se modificará absolutamente, ainda que a correlação de forças no mundo se tenha modificada a favor dos povos." "A luta pela defesa da paz mundial não pode ser, portanto, — afirma Chao Yi-ming, esclarecendo a distinção que os camaradas chineses fazem entre a luta pela paz e a instauração de um regime de coexistência pacífica — senão uma luta contra a política de agressão e de guerra do imperialismo. Estamos certos de que se não formos unidos e desfocados numa luta sem tréguas contra a política de agressão do imperialismo, não se poderá impedir o desencadear de uma guerra mundial. Quanto mais desenvolvemos as forças revolucionárias, mais firme estará a paz mundial. A luta dos vários países pela libertação nacional, a democracia e o socialismo tem grande importância na causa da defesa da paz mundial."

"A luta revolucionária de cada povo — prossegue — se desenrola e desenvolve em circunstâncias históricas diferentes e possui características que lhe são próprias. Mas, por maiores que sejam essas diferenças em cada revolução e qualquer que seja sua complexidade, é necessário a fim de que triunfe o socialismo, seguir o caminho histórico comum indicado pelo marxismo-leninismo o caminho da ditadura do proletariado, o caminho da grande Revolução Socialista de Outubro, conformando-se às leis gerais da revolução socialista e da edificação socialista, leis enunciadas na declaração de Moscou de 1957."

"A peculiaridade da revolução chinesa — continua ele — é a luta armada. Os comunistas chineses tentam evitar a guerra civil, mas mantiveram-se vigilantes em face do inimigo, de modo que, quando, em 1949, os reacionários do Kuomintang, apoiados pelo imperialismo norte-americano, garraram o acordo de paz, o povo tomou das armas e venceu." "O nosso Partido — conclui nesse ponto o orador — adotou nesse problema a linha revolucionária em lugar de uma linha oportunista."

PC CHINÊS

Não renunciou à luta armada, mas tomou firmemente em mãos a direção da revolução armada contra a contra-revolução armada e levou a revolução à vitória. E' por isso que possuímos uma República Popular Chinesa."

"No decurso dos traze anos transcorridos desde a fundação da República, a China deu grandes passos para a frente. Não obstante as dificuldades temporárias de 1959 a 1961, a situação econômica do país melhorou dia a dia, e em conjunto, a situação econômica de 1961 foi ligeiramente superior a de 1960 e a do corrente ano foi ainda ligeiramente melhor do que a dos anos anteriores.

Passando depois à política exterior da China Popular, o orador declarou que a política do povo chinês foi sempre a de desenvolver, com base no internacionalismo proletário, relações de amizade, de assistência mútua e de cooperação com a União Soviética e com os demais países socialistas irmãos; de trabalhar pela coexistência pacífica com pa-

ses de sistema social diferente com base nos cinco pontos de Bandung; de lutar contra a política de agressão e de guerra do imperialismo, e de sustentar a luta revolucionária dos povos e das nações oprimidas.

Desses princípios, segundo o orador, separou-se a Jugoslávia, contra a qual pronunciou violento ataque, afirmando que a linha revisionista da "clique" de Tito fez com que o povo jugoslavo perdesse as conquistas socialistas e conduziu à restauração do capitalismo na Jugoslávia."

Dessa condenação total, o orador, citando a própria declaração de Moscou de 1960, conclui que "desmarcar sem tréguas o aspecto de traição da clique de Tito é da maior importância para a salvaguarda da pureza do marxismo-leninismo e para a defesa da causa revolucionária dos povos do mundo."

O camarada Chao Yi-ming afirma que é um dever internacional de todos os comunistas reforçar a unidade do campo socialista e a unidade do movimento comunista internacional. "Juntamente com os partidos marxista-leninistas de diversos países — disse ele — nós temos sempre mantido e continuamos a manter as posições comuns definidas nas duas declarações de Moscou e conduziremos, com base nas mesmas, uma luta firme e infatigável contra o revisionismo moderno, hoje o perigo principal para o movimento comunista internacional e ao mesmo tempo contra o dogmatismo e o sectarismo, e pelo reforçamento da unidade do movimento comunista internacional. Se surgir uma divergência entre partidos ou países irmãos, deverá ser resolvida com paciência, dentro do espírito do internacionalismo proletário e segundo o princípio de igualdade e consulta mútua, para que se possa atingir a uma unanimidade de pontos de vista.

Ignorando os ataques lançados pelo Partido Albanês do Trabalho e pelo Jornal da República Popular Chinesa contra os partidos irmãos ou contra importantes atos políticos por estes realizados, o camarada Chao Yi-ming lamenta que tais princípios não estejam sendo respeitados no atual debate.

"Infelizmente — afirma ele — neste Congresso do vosso Partido, ataques unilaterais e injustificados foram mais uma vez lançados contra um partido marxista-leninista, o Partido Albanês do Trabalho e contra um país socialista, a República Popular da Albânia. Não podemos deixar de exprimir nosso mais profundo pesar."

"E também desagradável que neste Congresso do vosso Partido tenham sido atacados diretamente os pontos de vista marxista-leninistas do Partido Comunista Chinês."

"Já que — acrescentou ele — criticastes abertamente o Partido Comunista Chinês, não podemos deixar de dizer francamente que os comunistas chineses possuem opiniões diversas das de alguns camaradas do Partido Comunista Italiano a respeito de um certo número de questões importantes. E passando à exemplificação concreta, ele afirmou estar em oposição "aquelas chamadas reformas de estrutura."

Segundo o camarada Chao Yi-ming, essas posições do Partido Comunista Italiano "não são conformes ao espírito das duas declarações de Moscou, nem benéficas ao movimento comunista internacional, à solidariedade internacional proletária, à luta contra o imperialismo e à defesa da paz mundial." "Por consequência, esses pontos de vista não correspondem tampouco aos interesses fundamentais do povo italiano. Não é possível falar mais demoradamente, mas estamos dispostos em outras ocasiões a entabular discussões com os camaradas italianos, dentro do espírito fraterno."

O orador concluiu a seguir, reafirmando os tradicionais laços de amizade que espera venham a se reforçar entre a Itália e a China, e termina lendo a mensagem do C. C. do Partido Comunista Chinês ao Congresso.

Rádio no Brasil: Como Vai

Reportagem de Regina Montana

Os radialistas brasileiros acabam de realizar, em Porto Alegre, o seu primeiro CONGRESSO NACIONAL, demonstrando uma nítida percepção não apenas de seus problemas específicos, mas o que é mais importante, a clareza de sua vinculação com os problemas que o país atravessa. Graves denúncias foram feitas, nas reuniões que se realizaram, sobre os problemas que, de uma maneira geral, afligem a vida de todo o povo e entravam o desenvolvimento do país. O Congresso — declarou o NOVOS RUMOS, Hemílio Froes, presidente do Sindicato de Radialistas da Guanabara e da Federação Nacional de Radialistas — concluiu que os radialistas devem, além de lutar por suas reivindicações específicas, participar de todas as atividades da vida política nacional, como parte integrante que são da massa trabalhadora em um importante setor de esclarecimento do povo. De fato, a participação do rádio é uma existência indispensável da vida nacional.

A IMPORTANCIA DO RÁDIO

— O povo vai ao teatro?
— Frequente cinema?
— Assiste televisão?
— Está em permanente contato com os meios de divulgação escrita?
Respondendo a estas perguntas e outras semelhantes chegaremos à conclusão de que a maioria da população brasileira está em grande parte quase que completamente afastada dos veículos de cultura considerados patrimônio do homem moderno. Este não é praticamente inacessível. Mesmo porque, metade do povo brasileiro é analfabeto. O rádio é o instrumento de cultura de maior penetração popular. O único a que o povo ainda tem acesso. O único que tem condições de atingir a situação embrutecedora em que é mantido.

O QUE DIZ O RÁDIO AO POVO

Grande parte da programação da Rádio Nacional, Rádio Tupi, e de um sem número de rádios por todo o Brasil, é constituída de novelas. Estas trazem dentro de si as maiores condições de divertimento e cultura. É um teatro em casa. Sua influência é enorme pois, diariamente, leva aos ouvintes, em forma dramatizada, uma série de conceitos. Poderiam ser um importante meio de elevação cultural de nosso povo. Mas, nos todos já nos acostumamos, ao falar em novela, a imaginar um dramalhão desafiado em capítulos. De fato, durante muito tempo, só havia no rádio brasileiro novelas destinadas a amortecer a consciência do ouvinte. Assim foi a novela transformada em instrumento de obscurantismo de nosso povo. O conteúdo, o linguajar, a ambientação, tudo completamente fora de nossa realidade: condões, condessas, ricos senhores, castelos, palacetes enchiam os pobres lares brasileiros, carregando-os, sem nenhuma perspectiva, para fora de seus problemas.

PALAM OS INTERESSES ESTRANGEIROS

A música brasileira era completamente esquecida. Havia um predomínio absoluto da música americana. As notícias transmitidas por agências estrangeiras deturpavam as informações segundo interesses que não eram o do povo brasileiro. Muito pouco do Brasil, do homem brasileiro, de seus valores, de sua cultura e seus interesses.
Mas não podia deixar de ser assim. Esta situação refletia, como ainda reflete a realidade de país explorado.
Nos dias que correm, a Embaixada dos EUA chega ao cúmulo de gravar no estúdio da Rádio Nacional — uma empresa semi-estatal — programas feitos por ela e destinados a divulgar pelas rádios do interior as mentiras que convêm aos seus interesses. O "Mundo em marcha", é um programa, que apresentando narrativas como a dos "Três homens sem medo" — no caso três cubanos contrarrevolucionários — procura amoldar o pensamento do homem brasileiro a interesses que não são nossos. Deve-se assinalar que tal programa já tem sido recusado por várias rádios, o que antes não acontecia.
Mas, esta infiltração não se faz em geral diretamente como no caso acima. Ela é introduzida, sorrateiramente, nas mais diversas maneiras e nos mais diversos programas. Comparando o que estamos dizendo, transcrevemos um trecho do programa "Seu criado, obrigado", do dia 28 de novembro de 1962, na Rádio Nacional: "Seu criado — 28 de novembro de 1962 — página 4.

Secretaria — Valtér Costinha Berpa, de Araguari, Minas, indaga: "É verdade que os Estados Unidos têm bases em volta de toda a Rússia e que se a Rússia atacasse a América, seria arrasada em algumas horas?" Perguntou eu: se isso é verdade não será verdade, também, que a Rússia tem bases com bombas atômicas fora do seu território, também?
CRIADO — Se a Rússia atacasse território dos Estados Unidos, seria pulverizada em alguns minutos, não em algumas horas. Os Estados Unidos têm bases em toda a volta do solo russo: na Inglaterra, na Espanha, na Alemanha, na França, nos Açores, na Itália, na Líbia, na Irlanda, na Groenlândia, no Canadá, no Alasca, e nas Aléuticas. Nenhuma dessas bases foi estabelecida à força ou por força de ocupação. Na hora de funcionar, funcionam mesmo. Quanto à Rússia, suas bases de ataque estão muito distante dos Estados Unidos e em países ocupados pela força. Funcionário, quando chegar o momento? Os russos têm muitas dúvidas e nós também.

De tal forma a coisa é feita que o povo ainda incauto passa a defender certas ideias como suas. Como bem assinalou um comentarista do "Jornal de Letras": "Deus sabe o que não escutará um brasileiro do interior, ao girar o "dial" de seu aparelho: conceitos absurdos sobre seu país e o mundo, gravações das fontes mais inexplicáveis, estrangeiras, comentando fatos e acontecimentos nacionais como se fosse em de sua própria terra. E não é preciso ir a estações do interior para encontrar coisas assim. No Rio acontece a mesma coisa. E em São Paulo."

«BALBÚRDIA ORGANIZADA»

O pior de tudo, é que não são apenas uma, duas ou três estações de rádio a dizer mentiras, a narcotizar, a enganar, mas uma série incontrolável de emissoras espalhadas por todos os cantos do país da maneira mais irracional e arbitrária possível. O Rio de Janeiro tem dezenove estações radiofônicas. São Paulo, (capital), 61, as outras capitais em média cinco, e as demais cidades do interior no mínimo duas. Referindo-se à quantidade de emissoras pequenas distribuídas pelo Brasil, diz o mesmo comentarista: "cada uma pertencendo a uma Igreja, a um Partido, a um comerciante e ao Deus sabe mais quem tem o seu canalzinho por aí, por esse país das maravilhas." A balbúrdia é tão organizada no rádio brasileiro que dá para desconfiar. É uma máquina poderosíssima montada para dizer mentiras e ignorâncias, e organizada de tal maneira a escapar a qualquer controle que não o de seus centros motores. Mas afinal, o que há por trás disso? Quem controla esta máquina?

QUEM MANDA NO RÁDIO BRASILEIRO?

No meio de toda esta balbúrdia, uma coisa, porém, segue a mais rigorosa disciplina: a parte comercial. É ela que determina o que será dito nos programas. Os anunciantes escolhem, selecionam, mandam produzir e censuram os programas de rádio. Se se diz alguma coisa fora dos moldes determinados (dramalhões, músicas, notícias tendenciosas etc.) não só não aceitam como podem até retirar o anúncio. E como é desse dinheiro que o rádio vive, fica sempre à mercê dos interesses dos anunciantes.
Mas qual é o interesse dos anunciantes? Chegamos ao nó dos principais problemas brasileiros. A maioria dos anunciantes são firmas estrangeiras. Basta ligar o rádio. É a coca-cola, a pasta Kolmos, o sabonete Lever e tantos outros conhecidos produtos, americanos em sua maior parte. E muitos dos ouvintes não desconfiam ou recusam-se a acreditar que exista imperialismo no Brasil!

Vejam um exemplo apenas. Estamos no estúdio novelleiro da Rádio Nacional no momento em que está sendo radiofonizada uma novela. Num canto, vemos três indivíduos observando. Ao terminar o programa, pergunto a um rádio-ator quem são, e recebo esta ilustrativa resposta: "São supervisores da Sydney Ross (a maior patrocinadora da Rádio Nacional). Estão verificando se tudo está indo como foi determinado." Mostra-me o papel que estava lendo a pouco: "As aventuras do Anjo". A INTERNACIONAL ADVERTISING SERVICE, Cliente THE SYDNEY ROSS CO. E mais em baixo: "Este programa é propriedade exclusiva da Internacional Ad-

vertising Service e seu cliente mencionado, aos quais pertencem todos os direitos autorais para reprise ou adaptação em todo Brasil." E esclarece o mesmo rádio-ator: "O papel é da própria companhia porque já vem tudo pronto de lá, tudo conforme eles querem. Nós só repetimos o que seu mestre mandar."

Mas este é apenas um dos tentáculos. Existe um verdadeiro poder econômico por trás das emissoras. Poderio que se liga com a imprensa e a televisão numa intrínseca rede associada contra os interesses nacionais. E o caso, por exemplo, da cadeia imensa formada pelas rádios, jornais e revistas do Sr. Chateaubriand, sempre a serviço dos interesses antinacionais.
Durante o Congresso dos Radialistas, o delegado do Rio Grande do Sul, Nogueira Júnior, defendendo a tese da criação de uma Agência de Notícias Nacional, chamou a atenção do Plenário para o fato de que "a notícia transmitida pelo rádio, chega quase instantaneamente ao conhecimento de mais de metade da população brasileira, através de mais de 7 milhões de receptores e que a parcialidade tendenciosa de tais notícias pode até mesmo fazer periclitar a segurança da Nação. As práticas estrangeiras, na prática monopolizam tais despachos, engastando nelas, através de seus bairros de inverdades e falsidades, de acordo com o interesse dos governos estrangeiros a que pertencem. Que a medida preconizada, seria um primeiro passo, uma ponta de lança para que nos libertemos e libertemos o rádio da influência nociva das agências estrangeiras que operam no país". Sua tese foi amplamente aprovada.

«O RÁDIO COMO ATIVIDADE SOCIAL»

Todos estes aspectos da atividade social do rádio, e muitos outros, foram calorosamente debatidos entre os congressistas como se pode constatar pelo terceiro item do relatório do congresso a ele dedicado: 1) Código do Rádio; 2) Liberdade e responsabilidade do Rádio; 3) Função social — Monopólio particular e monopólio estatal; 4) Leisções, franquias e facilidades do Rádio; 5) O interesse público e o rádio; 6) O rádio e a Publicidade; 7) O rádio Oficial e o rádio Comercial — América — Europa — Países Socialistas.
Os radialistas mostraram-se unânimes na defesa do rádio nacional e perfeitamente conscientes de sua responsabilidade social. A luta em pauta quando se reuniu, em Pernambuco, radialistas, jornalistas e gráficos, para selarem um pacto de unidade e ação nacional na luta contra os interesses antinacionais e estrangeiros, a fim de dar ao rádio e demais meios de divulgação condições de desempenhar realmente seu importante papel para o esclarecimento e progresso do Brasil.

VIDA DE ARTISTA

Fremidos pela precária situação do artista de rádio no Brasil, os congressistas debateram vários problemas de sua profissão: regulamentação, salário mínimo e salário profissional, amparo e garantias, aperfeiçoamento do profissional.

Em média o homem do rádio ganha trinta mil cruzeiros. Denúncias graves foram feitas durante o Congresso sobre desrespeitos às determinações da Consolidação das Leis do Trabalho. Casos havia em que rádios, como a "Nóva do Mar" e outras do interior do Rio Grande do Sul — denúncia feita pelo delegado gaúcho Rui Grillo — não pagavam, inclusive, o salário mínimo vigente na região e desrespeitavam mesmo dispositivos sobre o horário de trabalho.
Outro assunto importante tratado diz respeito aos direitos de interpretação. Foi revelado que existem emissoras "que gravam uma novela e a distribuem por suas filiais no interior do Estado, sem que os artistas tenham, em consequência, remuneração por seu trabalho." Encontrou ampla repercussão a tese da "taxação de direitos de interpretação" nas gravações de "videotape", em segunda e posteriores transmissões.

Propõem-se, igualmente, os radialistas a lutarem por maiores espaços de tempo de programação ao vivo nas emissoras de rádio e televisão.
Outro problema enfrentado pelos homens de rádio é a impossibilidade de expressarem sua opinião pelo microfone. "O mais terrível" disse-nos um radialista — é ser obrigado a mentir contra suas ideias e os próprios interesses do seu povo." Este problema os

radialistas vêm sentindo cada vez com mais vigor, e pretendem combatê-lo de todas as maneiras, inclusive reivindicando a sua participação no Conselho Nacional de Telecomunicações, quando poderão ter oportunidade de tomar medidas que atendam às necessidades do rádio e de seus membros.
Houve um item do relatório dedicado às atividades associativas e sindicais dos profissionais de rádio. Na oportunidade foi sugerido que se reclame junto às autoridades competentes no sentido de maior urgência na tramitação do processo do radialista Antônio Tavares da Silva, "demitido da Rádio Continental pelo 'crime' de ser dirigente sindical".

PROGRESSOS NO RÁDIO

Naturalmente, as alterações que se processam na realidade brasileira, as mudanças nas correlações de forças, refletem-se em certa medida no rádio. Assim sendo, assistimos nos últimos anos transformações neste setor da cultura, pre-nunciando e tornando mais urgentes as reformas estruturais que necessita. Já se escrevem novelas voltadas para nossa realidade e para nossa gente. Surgem programas que falam de nossos interesses tais como "A Semana Dia a Dia", "Cartas na Mesa" e outros. A conjuntura já começa a permitir rádios como a Marink Veiga a falar em termos do que é nacional, e até mesmo um repórter Petrobrás. A música brasileira penetra em nosso rádio e entra em competição com a estrangeira. Todos estes são sem dúvida, índices das transformações por que passa a vida do povo brasileiro. Isto demonstra a vinculação dos problemas do rádio com os demais e faz compreender aos radialistas a necessidade de se unirem aos demais trabalhadores.

CRESCER A PARTICIPAÇÃO DO RADIALISTA

Quando se pode comparar com o que antes existia, as posições e resoluções do I CONGRESSO NACIONAL DE RADIALISTAS, é que se compreende como tem avançado o processo, e se constata a formação de uma consciência entre os homens de rádio. Há poucos anos atrás apenas 3% dos radialistas eram sindicalizados. Hoje, a sindicalização atinge 3/4 do meio radiofônico na Guanabara. Já conseguiram eles enfrentar, sob repressão policial e pressão dos patrões, duas greves. A primeira reivindicava apenas aumento salarial. Na segunda, já lutavam pela classificação por categorias. A luta em pauta quando se reuniu, em Pernambuco, radialistas, jornalistas e gráficos, para selarem um pacto de unidade e ação nacional na luta contra os interesses antinacionais e estrangeiros, a fim de dar ao rádio e demais meios de divulgação condições de desempenhar realmente seu importante papel para o esclarecimento e progresso do Brasil.

A LUTA PELO CONTROLE DO RÁDIO

Apesar de tudo, a mobilização dos radialistas em torno de seu sindicato ainda deve ser muito mais acentuada para fazer frente aos obstáculos — que são poderosos, tanto é que por ocasião da aprovação de um projeto de Telecomunicações, que era uma oportunidade para controlar a radiofusão, os radialistas não tiveram força — nem se mobilizaram mesmo — para derrotar os patrões que em nome da livre iniciativa de liberdade de opinião, das instituições, etc., reuniram-se às pressas em Brasília, fundaram uma associação e gritaram pelos quatro cantos em defesa de seus privilégios — que foram mantidos. O presidente da República havia vetado os itens que lhes outorgava excessivos poderes, porém, eles foram rejeitados. Falando a NOVOS RUMOS, Hemílio Froes, faz uma séria denúncia: «A rejeição dos vetos foi um massacre dos donos de Rádio e Televisão do Brasil contra o presidente e a Radiodifusão. Os donos de Rádio e Televisão que tinham relações de amizade com deputados e senadores procuraram-nos perguntando se estavam satisfeitos com a cobertura que tinham em suas emissoras e afirmando que só poderiam continuar dando a mesma cobertura se os vetos fossem rejeitados. O resultado está publicado em «O Globo» do dia 28 de novembro onde se lê que os líderes iam esperar os deputados na en-

trada da Câmara com os votos que recusavam os vetos. Cita mesmo que foi fato inédito na história da Câmara. Ainda na mesma citação de «O Globo», e a bem da verdade, é preciso dizer que o deputado Almino Afonso exclamou-se o mais possível para a manutenção dos vetos. A história em números centenas na proporção de 220 a 8. Sem comentários.
Como se vê é enorme o poder que os radialistas têm de enfrentar, como aliados do povo brasileiro, poder que tem consciência da importância de ter o Rádio em suas mãos para controlar a opinião pública. Mas tudo que pudemos constatar do Congresso dos Radialistas — sem dúvida, nenhuma — não foi o movimento radiofônico nos faz apoiar as palavras de um jornalista gaúcho falando sobre a noite inaugural do Congresso: "...Ao ouvir Mário Lago, chegou à conclusão de que o rádio brasileiro avança a passos muito mais gigantesco do que se possa imaginar. É certo que ML sempre foi homem estudioso e sempre teve uma concepção moderna da profissão. Mas o que me pareceu novo em tudo isso foi Mário Lago já ter condições de se dirigir aos seus colegas, da maneira como o fez, o que é mais importante, fazer vibrar o auditório." A declaração dos radialistas é um documento de elevada consciência que tem do entrelaçamento de seus problemas com os de todo o povo brasileiro, de sua responsabilidade e da necessidade de unidade entre os trabalhadores.

A DECLARAÇÃO

"Os trabalhadores em Rádio e Televisão brasileiros, reunidos em seu I CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM RADIODIFUSÃO, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, por unanimidade, serena e decididamente, elaboram, aprovam e proclamam os seus Princípios norteadores na esperança, trabalho, liberdade, fraternidade e justiça.
AFIRMAM que o rádio e a televisão abrem caminho à penetração universal da fraternidade, do conhecimento, do progresso e bem-estar social, com todos os seus trabalhadores — empregados ou empregadores — a serviço da informação, do esclarecimento, da arte e da cultura, no interesse do povo e do Brasil, tornando-se imperioso, portanto, ao Governo Federal e ao de cada Estado, o dever de facilitar o exercício de tão elevada função social, inclusive eliminando as barreiras que negam aos trabalhadores o acesso aos microfones, assegurando-lhes, assim, a liberdade de expressar suas opiniões.
SUSTENTAM a necessidade de defender os interesses comuns de todos os trabalhadores em Rádio e Televisão, tornar efetivas suas aspirações, assegurar o respeito a que têm direito e lutar para impedir qualquer prática ou ato lesivo ao interesse da classe. Conseguir, quanto possível, a criação de escolas, de todos os tipos e graus, principalmente vocacionais e de formação de técnicos, como uma das consequências dos estudos tão auspiciosamente iniciados neste Congresso, que objetivam o equacionamento dos problemas vitais dos radialistas.
RECLAMAM para os trabalhadores em Rádio e Televisão urgentes leis de Previdência Social que atendam às peculiaridades da classe, bem como a inadiável adoção de Estatutos Profissionais, com salários condignos e conteúdo soluções contra as desigualdades oriundas das várias regiões de nosso país.
EXTERNAM e repelem a desumana nutrição do poder econômico à custa do bem-estar e da tranquilidade dos povos, recomendando que os trabalhadores em radiofusão devem participar de todos os movimentos que interessam à Nação e ao Povo brasileiro. A Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão, ora constituída em Comando Geral dos Radialistas, está para estes como o Comando Geral dos Trabalhadores está para todos os obreiros do País. E chegou a hora dos trabalhadores, que são e o que tudo produzem, defenderem a tranquilidade, o bem-estar, a paz, a ordem, a liberdade, a justiça. Para isso necessitam estar organizados. A organização do trabalhador é o Sindicato de classe e somente as forças retrógradas e reacionárias pretendem impor restrições, que o movimento sindical brasileiro em geral e os órgãos sindicais dos radialistas em particular não toleram e não aceitam.
EXPRIMAM convicção e redenção econômica de nossa Pátria constitui obra de fortalecimento da unidade nacional, para que nosso

povo viva mais próspero e feliz e o nosso Governo possa contribuir, respeitado e acatado, para a paz e a felicidade dos povos do mundo. Sustentam que é inadiável a modernização da estrutura nacional com as reformas agrária, urbana, bancária e eleitoral; a conquista e ampliação dos atuais e dos novos mercados; a encampação de todas as empresas que exploram serviços públicos; o direito de greve, e as facilidades que permitam a difusão da cultura a todos os lares.
Informando e orientando o nosso povo, sempre com os olhos voltados para a grandeza, a prosperidade e a paz da família brasileira, num país solidário e coeso, fazem a seguinte

PROCLAMAÇÃO

SUSTENTAM que, já agora investido de autoridade e poderes, com a rejeição do Ato adicional pelo Congresso, deve a excelsa, e senhor presidente da República saber corresponder à confiança que mereceu do povo brasileiro a 6 de janeiro, promovendo sem mais delongas, e sem atender a quaisquer apelos que não sejam os legítimos interesses do Brasil, as reformas de base que o povo e a sobrevivência da Pátria ansiosamente esperam e vigorosamente reclamam.
EXORTAM os parlamentares brasileiros a que cumpram seus deveres para com a Pátria e o Povo, desprezando os negativismos pessoais e de grupos reacionários e retrógrados, de cúpulas superadas e sem expressão na atual vida brasileira. Advertem aos meus parlamentares, eleitos graças aos votos da caduca legislação eleitoral, que os trabalhadores estão atentos às suas manobras em benefício próprios, e dos seus grupos, contra o interesse nacional. Confiam que a parte democrática e nacionalista do Parlamento nacional sabará derrotar a reação com o apoio do povo.
CONFIAM em que o Poder Judiciário continuará garantindo as liberdades civis dentro do princípio de que a justiça é a verdade, e que, como defesa dos interesses nacionais, os fatos serão justificados em todos os setores, sobretudo os que militam nas instituições públicas, porque não há organização defensiva da Pátria contra o estrangeiro quando não há honestidade administrativa.
SAUDAM e conclamam as Forças Armadas no sentido de que, unidas ao povo, continuem fiéis à sua tradição de respeito à democracia, velando intrinsecamente pela nossa soberania, pois assim agindo estarão de um lado, barrando as forças imperialistas que pretendem solapar a independência econômica e política da Nação, e de outro, impedindo golpes que visem o recuo do processo de desenvolvimento nacional.
SUSTENTAM que a Petrobrás é intocável e que as riquezas de nosso solo serão defendidas a qualquer custo, como decorrência da decisão do povo de viver numa pátria livre e feliz.
EXORTAM o povo a que, alertado pelas recentes manobras golpistas, cada vez mais se organize para, vitalizado pela força da unidade, lutar por um Brasil soberano, emancipado economicamente e politicamente; um Brasil pacifista, em luta pela autodeterminação dos povos e contra os horrores de uma guerra nuclear.
ENCERRAM os trabalhos do I CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM RADIODIFUSÃO com a presente Declaração de Princípios, enviando ao povo de sua pátria a mais calorosa saudação e estendendo as mãos a todos os trabalhadores do Brasil, num convite à União e ao trabalho pela causa do Trabalho e do Povo brasileiro. Felicidade dos trabalhadores e do povo num Brasil próspero e em paz.

FOLHETOS

- Conferência dos Representantes dos Partidos Comunistas e Operários — Cr\$ 40,00
 - Programa e Estatutos do Partido Comunista Brasileiro — Cr\$ 15,00
 - Resoluções dos Comunistas Sobre a Crise Política e o Governo Jango-Tentado Neves — Cr\$ 10,00
 - Carta a Mitter Kennedy (em versos) — Cr\$ 10,00
 - Resoluções Políticas dos Comunistas (dezembro 1962) — Cr\$ 20,00
 - A Atual Situação Internacional e a Política Exterior da União Soviética — N. Krushchov — Cr\$ 35,00
- Pedidos pelo reembolso postal (mais de 5 avs.):
Editora Aliança do Brasil Ltda.
Av. Rio Branco, 237 — sala 905
Rio de Janeiro — Guanabara

Temas Típicos

Pedro Severino

Um dos políticos de anedotário mais ricos no Brasil é, sem dúvida, o sr. Ademar de Barros — o homem do "roube mais fã". Até para exaltar as virtudes de realizador (1) do seu líder, os ademaristas partem de um reconhecimento da sua habitual falta de respeito pelo patrimônio alheio. É curioso, afinal de contas, que este indivíduo notoriamente pouco afeto ao sistema da propriedade particular seja transformado em expoente dos círculos políticos mais conservadores e mais preocupados com a defesa da propriedade.

Há anos, o sr. Carlos Lacerda dizia, a respeito do sr. Ademar de Barros, que era o único homem público (esta expressão "homem público" me dá sempre a impressão desagradável de que se refere ao maculoso e correspondente de "mulher pública") o único homem público no Brasil que a gente podia chamar de "ladro" sem correr o risco de sofrer um processo judicial. Agora, vejamos como são as coisas, Ademar e Lacerda são aliados políticos.

De Ademar, conta-se, por exemplo, que, comparecendo a um comício, bateu orgulhosamente no peito e disse aos que o ouviam: "Neste bôso jeans entrou dinheiro roubado!". Ao que um popular logo respondeu: "Então está de terno novo".

Outra anedota diz que, tendo morrido, Ademar foi barrado por São Pedro quando tentava entrar no céu. Como Ademar insistisse em entrar, São Pedro disse-lhe: "Está bem, você poderá entrar, desde que traga, dentro de cinco minutos, o cavalo mais bonito do mundo". Ademar saiu e dali a cinco minutos voltou, trazendo um bellissimo cavalo branco. São Pedro foi obrigado a deixá-lo entrar, embora contrateiro, para manter a palavra empenhada. Porém, mal o Ademar entrou, apareceu um santo vestido de guarda-roupa, queizando-se ao porteiro do céu: "Fui assaltado, Pedro. Roubaram meu cavalo!" Era São Jorge.

Estas anedotas exprimem bem o conceito em que é tido o governador recém-eleito de São Paulo. E é justamente a notoriedade dos traços mais marcantes da fisionomia política do sr. Ademar de Barros que torna tão pitoresca a sua posição atual, apoiada no moralismo udenista.

Entre Lacerda e Pena Bôto, Ademar assume a liderança das forças conservadoras da nação. Está, enfim, juntos. E fica o programa de ação comum dos três homens públicos — ah, está expressão! — como elemento digno de cuidadoso estudo por parte dos nossos sociólogos: Lacerda, Pena Bôto e Ademar, contra o socialismo em defesa da iniciativa particular; contra a propriedade pública, em defesa da privada.

Está aí um belo lema para o trio: "Contra a propriedade pública, em defesa da privada".

Canto de Página
Vitalino
Linha

Morreu Vitalino, o grande ceramista pernambucano, natural de Caruaru, cidade que ele amava profundamente e da qual é impossível separá-lo, tanto Caruaru e Vitalino eram um só. Morreu de variola, que, segundo os médicos, é moléstia que hoje não mata ninguém. Vitalino morreu de desamparo e de abandono. Quantas e quantas pessoas, neste Brasil podiam levar, no atestado de óbito, como causa mortis: abandono, desamparo?

Vitalino era um homem simples que desde menino vivia de momento em que se sentiu enfluado e glorificado pelos intelectuais e artistas que nele viram — e com justiça — o grande ceramista, tão grande quanto Portifrio, morto antes dele e considerado o mais notável de todos. Envaldeceu-se, mas não muito. Conheci Vitalino em 1967, em Caruaru, quando a cidade comemorava seu centenário. Conversamos muito. Ele andava afilto, com a cidade cheia, encomendas e mais encomendas. Fiel adepto do padre Cícero quando lhe perguntei se não queria vir ao Rio ele contou que viajara muito, já fora a Juazeiro de padre Cícero, ao Crato uma vez, quatro vezes a Freixeira visitar Santa Quitéria. Gostava — e declarava — muito de visitar santos nas suas festas. Não conhecia Recife (tão perto da sua cidade), o que só aconteceu depois. Em 1960 veio ao Rio. Um repórter perguntou-lhe: — Em que se baseia para a criação de sua escultura? Vitalino esboçou a cabeça e respondeu: — Não sei latim. Outro repórter perguntou a Vitalino o que lhe achava da obra de Gilberto Freyre. Vitalino não respondeu, olhou e riu desconfiado.

A mim, nessa ocasião, Vitalino confessou que se fosse mais moço ficaria no Rio. Perguntei por que. — "Muita moça bonita. Demais". Vitalino deu entrevistas, declarou-se analisado, mostrou-se como todo homem do ar: desconfiado, inteligente, tirando o corpo fora sempre que possível.

Da nossa primeira entrevista não esqueço que Vitalino, contando-me sua vida, disse que começou vendendo seus bois por três vitórias. E comentava: nesse tempo conseguí coisa que nunca mais pude fazer: guardei cinco mil réis!

Mas o que ele queria mesmo era ter uma casinha. Até abaixo assinado fizemos — escritores e intelectuais brasileiros — para que o prefeito de Caruaru desse uma casa para Vitalino e a família. Não conseguimos. O prefeito para não parecer de todo desprezado, custou-lhe o entéro. Que importa isso a Vitalino?

Morreu um homem simples que desde menino vivia de fazer — ajudado depois pelos filhos — botinhos e grandes bois, figuras de retrantes, cangaceiros, rendidas, todos os tipos do Nordeste, "trabalando" como ele dizia, o barro tirado da massa do rio Ipojuca, morando num casarão no Alto do Moura; fazendo folia aos domingos para "disparar", tocando pifaro, bebendo cachaça e jogando truco.

Vitalino era um artista popular, falando uma linguagem de povo para o povo. Isso ficará para sempre na sua arte que continuará nos seus filhos e em outros artistas. Saiba a Campanha de Defesa do Melhor Brasileiro defendê-los. Amém.

FOLHETOS
LEIAM:
— Conferência dos Representantes dos Partidos Comunistas e Operários — Cr\$ 40,00
— Programa e Estatutos do Partido Comunista Brasileiro — Cr\$ 15,00
— Resoluções dos Comunistas Sobre a Crise Política e o Governo Jango-Tentado Neves — Cr\$ 10,00
— Carta a Mitter Kennedy (em versos) — Cr\$ 10,00
— Resoluções Políticas dos Comunistas (dezembro 1962) — Cr\$ 20,00
— A Atual Situação Internacional e a Política Exterior da União Soviética — N. Krushchov — Cr\$ 35,00
Pedidos pelo reembolso postal (mais de 5 avs.):
Editora Aliança do Brasil Ltda.
Av. Rio Branco, 237 — sala 905
Rio de Janeiro — Guanabara

Ajuda a NOVOS RUMOS

Seruniano Garcia (Guanabara - Paraná)	1.000,00
Celestino J. Gomes (Guanabara - Paraná)	1.000,00
Manoel Dias Carvalheira (Rio-GB)	500,00
João Luiz (S. João Estreito - RJ)	1.000,00
Edmundo Bonesso (Angra dos Reis - PR)	1.000,00
Monteiro (Const. Civil de Fortaleza - CE)	2.000,00
Aceiro Ponte (Rio-GB)	500,00
Noyr Monteiro Wermick (Rio-GB)	300,00
Amiga de Vila Isabel (Rio-GB)	781,80
Juana Burba (Catanduva - SP)	500,00
Um Albatroz	500,00
Helela	300,00
Francisco Sarone	100,00

UNSP E PREFEITO DE MERITI FIRMAM ACORDO COM VITÓRIA DOS SERVIDORES EM GREVE

São João de Meriti (Do correspondente) — Conforme NR já noticiamos em edição anterior, foi plenamente vitoriosa a greve dos servidores públicos deste município, de protesto contra o atraso no pagamento dos salários. Depois de entendimentos com autoridades municipais e estaduais, foi firmado um acordo, entre a UNSP e o prefeito local, em consequência do qual voltaram ao trabalho os empregados da Prefeitura.

movimento, e a seguir dos demais integrantes de outras categorias funcionais, também participante do movimento, considerando-se a possibilidade da arrecadação diária.

TRABALHADORES MINEIROS PREPARAM CONGRESSO

Belo Horizonte (Da sucursal) — A comissão executiva do IV Congresso Sindical vem de reunir-se para traçar um plano e as vistas a ser adotadas no Dia do Trabalhador, na capital e no interior. Em dia ainda não marcado, a comissão voltará a reunir-se, desta feita com todos os sindicatos e federações para aprovar o plano e outras medidas a serem adotadas.

FERROVIÁRIO: Belo Horizonte (Da sucursal) — Funcionários da Rede Mineira de Viação, através da Associação dos Servidores do Tráfego da RMV, pretendem promover um Congresso, a fim de examinar assuntos de interesse da classe. O principal objetivo do conclave seria debater a questão da equiparação de vencimentos dos ferroviários da Central do Brasil e de Leopoldina com os da Rede Mineira de Viação.

Revolta em Pernambuco contra ucinheiro-assassino

Mandou Massacrar Assalariados Que Exigiam o 13º Salário

Recife (Do correspondente) — Os trabalhadores da Usina Estrelana, como habitualmente, haviam começado cedo a sua jornada. Tinham terminado as festas de Natal e Ano Novo, passaram, na véspera, o último dia festivo: 8 de janeiro, dia de Reis. E o tio falou "abono de Natal", ou 13º mês, não sabia. No entanto, era esta a conversa entre os trabalhadores da usina desde os primeiros dias de dezembro. Suas esperanças de vitória nesta reivindicação tinham aumentado ao verem as manchetes dos jornais do Recife anunciando que numerosas categorias de trabalhadores em todo o País, haviam conquistado o 13º mês de salário. Por que não poderiam eles, trabalhadores da usina de açúcar, assalariados também, alcançá-lo finalmente?

Imediatamente, alguns homens que acompanhavam o usineiro lançaram-se em fúria contra Antônio libertado a arma do patrão e jogando o trabalhador de lado, num arremesso brutal. José Lopes, enquanto seus companheiros lutavam contra os operários da usina, seguiu de um revólver e viu mais uma vez Antônio de Lima a Gouvêa. Uma mão desvotou-lhe a arma. Lrs José Lopes, enfiado apavorado ao chão, não teve tempo de reagir. Ernesto Batista, de outro lado, viu a bala do velho camponês João Batista, de cerca de 70 anos, estava tombado por terra seu filho Zacarias Batista, ambos atingidos por tiros na nuca. Estavam mortos, ainda, Israel Batista, Ernesto Batista e Antônio Farias. O

Consumado o massacre, a campanha da Usina Estrelana se arrematou no País de autoridades: prendeu vários trabalhadores agrícolas e os conduziu para a cadeia de Ribeirão, em cujo município se localiza a Usina Estrelana.

Consumado o massacre, a campanha da Usina Estrelana se arrematou no País de autoridades: prendeu vários trabalhadores agrícolas e os conduziu para a cadeia de Ribeirão, em cujo município se localiza a Usina Estrelana.

As 8.30 horas da manhã do dia 7 de janeiro, o começo de outra semana do novo ano, reuniram-se em frente ao escritório da usina uns 50 a 60 operários agrícolas. Um deles trazia à mão um papel que conseguira no Recife e, em nome dos demais, deveria entregar ao dono da fábrica de açúcar, deputado federal recém-eleito do PTB, José Lopes de Siqueira Santos. O papel era um ofício do Delegado Regional do Trabalho referente ao direitos trabalhadores à gratificação correspondente ao 13º mês.

Imediatamente, alguns homens que acompanhavam o usineiro lançaram-se em fúria contra Antônio libertado a arma do patrão e jogando o trabalhador de lado, num arremesso brutal. José Lopes, enquanto seus companheiros lutavam contra os operários da usina, seguiu de um revólver e viu mais uma vez Antônio de Lima a Gouvêa. Uma mão desvotou-lhe a arma. Lrs José Lopes, enfiado apavorado ao chão, não teve tempo de reagir. Ernesto Batista, de outro lado, viu a bala do velho camponês João Batista, de cerca de 70 anos, estava tombado por terra seu filho Zacarias Batista, ambos atingidos por tiros na nuca. Estavam mortos, ainda, Israel Batista, Ernesto Batista e Antônio Farias. O

UM DIÁLOGO DE MORTE

— Quem é o cabeça dessa greve? Apareça!... gritou, em tom de voz impositivo, o usineiro José Lopes, que, em seu cavalete, interpelava o chefe do grupo de trabalhadores reunidos em frente ao escritório da usina.

LUTA DESIGUAL

A capitalização que corava e o próprio José Lopes e o protegia investira com suas armas contra o grupo de trabalhadores da usina que se havia aglomerado ali, todos desarmados, pois seus objetivos eram inteiramente pacíficos. A luta era desigual. Dura era, aliás, poucos minutos. A violência com que os trabalhadores haviam sido recebidos os fez dispersar rapidamente. Tornava-se impossível uma resistência adequada. No pátio do escritório da usina jaziam vários corpos inanimados. Além do velho camponês João Batista, de cerca de 70 anos, estava tombado por terra seu filho Zacarias Batista, ambos atingidos por tiros na nuca. Estavam mortos, ainda, Israel Batista, Ernesto Batista e Antônio Farias. O

CRIME PREMEDITADO

Os fatos evenciam — e testemunhos depois o confirmam — que o usineiro José Lopes, seu gerente de usina, Acácio de Sena, e sua capangagem haviam premeditado o monstruoso crime que atingiu Pernambuco e repercutiu dolorosamente por todo o País. Seus espíritos tinham surpreendido conversas a respeito da reivindicação piteada pelos trabalhadores da usina: abono de Natal ou 13º mês. Sabiam também que um grupo de uns 50 homens aproximadamente iria ao escritório da usina às primeiras horas da manhã do dia 7 de janeiro. Daí a decisão de José Lopes de enfrentar antecipadamente os piteantes, conduzindo consigo duas armas: um rifle e um revólver. Daí, também, ter-se protegido com numerosos capangas, alguns ocultos em pontos estratégicos em relação ao escritório da usina. A perseguição policial verificada depois dos tiros que haviam abatido 5 dos trabalhadores agrícolas do José Lopes tinha partido de lugares diferentes, além daqueles disparados quase à queimadura pelo próprio usineiro.

DETURPAÇÃO DOS FATOS

Apesar das evidências — cinco camponeses mortos à bala, vários outros feridos pelos capangas do usineiro — deputado trabalhista José Lopes — parte da imprensa do Recife tem procurado unicamente deturpar os fatos ocorridos no dia 7 de janeiro na usina Estrelana, para atribuir responsabilidade pelos trágicos acontecimentos aos trabalhadores agrícolas. O usineiro José Lopes e seus correligionários procuraram pessoalmente as redações de influentes diários recifenses, tentando inocentar o principal responsável pela chacina: o próprio usineiro. Este declarou aos repórteres

PROTESTOS DE MASSAS

A exigência é unânime: que sejam responsabilizados e punidos os autores do massacre da usina Estrelana. Os fatos do dia 7 emocionaram profundamente todo o povo pernambucano. Há um generalizado ambiente de simpatia pelo movimento dos trabalhadores agrícolas de solidariedade e apoio a seus irmãos da usina Estrelana. As direções das organizações camponesas com a representação de dezenas de milhares de trabalhadores agrícolas de todo o Estado, programaram uma greve pelo mesmo objetivo a que se propunham os assalariados da usina Estrelana: o pagamento do 13º mês. Acredita-se que cerca de 80 mil trabalhadores das usinas entrarão em greve movidos por esta reivindicação, que ganhou maior força depois do massacre do dia 7 de janeiro.

TRUSTE SUIÇO FAZ DAS SUAS

Alguns tópicos da carta de Odélio Kovalovski, de Curitiba, Paraná: "A firma na qual trabalho chama-se Geigy do Brasil S.A., cuja sede é no país do turismo dos tubarões: a Suíça. Diz o meu chefe ser a Geigy do Brasil S.A. uma das firmas mais organizadas entre todas que operam no nosso país. Mas a sua organização não produz efeitos benéficos para o público consumidor de seus produtos, nem para os seus funcionários de pequena categoria, como eu, que exerço as funções de escriturário. Dizem os meus patrões que o meu serviço é de pouca importância. Eu e os meus companheiros de carteira somos submetidos a um regime de trabalho de extrema dureza e, no contrário de gerentes e chefes de escritórios, recebemos salários quase ridículos. Quando é esboçado um movimento no sentido de reivindicar melhoria de condições de trabalho e de vencimentos as ameaças de desemprego logo aparecem, muitos dos diretores deixando ostensivas nessas ocasiões suas tendências nazistas".

BILHETES

I.F. da Silva, de São Paulo, capital, declara-se constante leitora de NR — "desde os primeiros números". Escreve elogiando o discurso do primeiro-ministro Nikita Krushchov diante do Soviète Supremo da URSS, reproduzido em suplemento especial que acompanhou nossa edição número 204. E aproveita a oportunidade para enviar bilhetinhos a dois dos nossos mais queridos colaboradores: Eneida e Paulo Mota Lima.

JOVENS PIANISTAS

Aelaide da Silva Garcia e Mara da Silva Garcia, alunas do curso de piano das professoras Glória de Azevedo Queiroz e Maria Helena Roque convidam-nos gentilmente para a audição que juntamente com seus colegas de estudo oferecerão dia 3 de fevereiro, das 15 às 18 horas, no Social Ramos Clube (rua Aureliano Lessa, 97, em Ramos). A tarde de música se estenderá por um vasto programa de três partes, e será encerrada com a exibição de um conjunto de percussão infantil.

Revolução em Meriti

São João de Meriti (Do correspondente) — No próximo dia 3 de fevereiro, às 19 horas, na Praça da Matriz, será encenada pelo grupo artístico CARRETA DO POVO, a peça de Augusto Boal "Revolução na América do Sul". Essa apresentação faz parte do Festival de Cultura, patrocinado pela União Meritense de Estudantes, organização filiada à Confederação Fluminense de Estudantes Secundários.

Revolução em Meriti

São João de Meriti (Do correspondente) — No próximo dia 3 de fevereiro, às 19 horas, na Praça da Matriz, será encenada pelo grupo artístico CARRETA DO POVO, a peça de Augusto Boal "Revolução na América do Sul". Essa apresentação faz parte do Festival de Cultura, patrocinado pela União Meritense de Estudantes, organização filiada à Confederação Fluminense de Estudantes Secundários.

OPINIÃO DO LEITOR

SAPS RELAPSO

Leitor de Lagarto, Estado de Sergipe, traz a esta coluna mais uma denúncia de irregularidade na previdência social. Conta de três funcionários que foram admitidos no SAPS em janeiro de 1962, recebendo o salário mínimo da região, que na época não ia além de oito mil e poucos cruzeiros mensais. Desde então, como coramento de séries lutas, o funcionalismo obteve algumas significativas conquistas nos terrenos salarial e assistencial, extensivas, naturalmente, aos funcionários do SAPS. E o caso do enquadramento geral dos servidores autárquicos, do aumento de 40 por cento conseguido pelo funcionalismo e do 13º salário, pago após árduas lutas, é verdade, mas recebido por inúmeras categorias de trabalhadores. Os funcionários do pósto do SAPS em Lagarto, porém, permanecem até agora excluídos das melhorias salariais e das vantagens a que têm incontestável direito, amparado em lei, inclusive.

COEXISTENCIA PACIFICA

J. Ferreira, de Goiânia, Goiás, congratula-se conosco pela publicação, em nossa edição número 202, do editorial da revista Problemas da Paz e do Socialismo, número 12 de 1962, intitulado "Posta à prova a política de coexistência pacífica". Ao mesmo tempo pede-nos nova transcrição de um trecho (o terceiro parágrafo do item 3 do importante documento) que, por defeito de impressão, apresentou-se ilegível em alguns exemplares daquela nossa edição.

TRUSTE SUIÇO FAZ DAS SUAS

Alguns tópicos da carta de Odélio Kovalovski, de Curitiba, Paraná: "A firma na qual trabalho chama-se Geigy do Brasil S.A., cuja sede é no país do turismo dos tubarões: a Suíça. Diz o meu chefe ser a Geigy do Brasil S.A. uma das firmas mais organizadas entre todas que operam no nosso país. Mas a sua organização não produz efeitos benéficos para o público consumidor de seus produtos, nem para os seus funcionários de pequena categoria, como eu, que exerço as funções de escriturário. Dizem os meus patrões que o meu serviço é de pouca importância. Eu e os meus companheiros de carteira somos submetidos a um regime de trabalho de extrema dureza e, no contrário de gerentes e chefes de escritórios, recebemos salários quase ridículos. Quando é esboçado um movimento no sentido de reivindicar melhoria de condições de trabalho e de vencimentos as ameaças de desemprego logo aparecem, muitos dos diretores deixando ostensivas nessas ocasiões suas tendências nazistas".

BILHETES

I.F. da Silva, de São Paulo, capital, declara-se constante leitora de NR — "desde os primeiros números". Escreve elogiando o discurso do primeiro-ministro Nikita Krushchov diante do Soviète Supremo da URSS, reproduzido em suplemento especial que acompanhou nossa edição número 204. E aproveita a oportunidade para enviar bilhetinhos a dois dos nossos mais queridos colaboradores: Eneida e Paulo Mota Lima.

Para a cronista, diz, referindo-se a um dos últimos "cantos de pássaro", "Muito bem, querida. E mesmo necessário que se dê às nossas crianças livros que contribuam para que a sua formação desenvolva-se no caminho que as tornará úteis à pátria e aos homens. Você escreve por todas as mulheres que têm amor ao povo e é muito digno dos nossos parabéns e do nosso apreço".

JOVENS PIANISTAS

Aelaide da Silva Garcia e Mara da Silva Garcia, alunas do curso de piano das professoras Glória de Azevedo Queiroz e Maria Helena Roque convidam-nos gentilmente para a audição que juntamente com seus colegas de estudo oferecerão dia 3 de fevereiro, das 15 às 18 horas, no Social Ramos Clube (rua Aureliano Lessa, 97, em Ramos). A tarde de música se estenderá por um vasto programa de três partes, e será encerrada com a exibição de um conjunto de percussão infantil.

Revolução em Meriti

São João de Meriti (Do correspondente) — No próximo dia 3 de fevereiro, às 19 horas, na Praça da Matriz, será encenada pelo grupo artístico CARRETA DO POVO, a peça de Augusto Boal "Revolução na América do Sul". Essa apresentação faz parte do Festival de Cultura, patrocinado pela União Meritense de Estudantes, organização filiada à Confederação Fluminense de Estudantes Secundários.

Revolução em Meriti

São João de Meriti (Do correspondente) — No próximo dia 3 de fevereiro, às 19 horas, na Praça da Matriz, será encenada pelo grupo artístico CARRETA DO POVO, a peça de Augusto Boal "Revolução na América do Sul". Essa apresentação faz parte do Festival de Cultura, patrocinado pela União Meritense de Estudantes, organização filiada à Confederação Fluminense de Estudantes Secundários.

Os Comunistas de Santos e o Prefeito José Gomes

Antônio de Brito Lopes

A vida mostrou que tínhamos razão: confirmado o sr. José Gomes no cargo, várias vezes modificou-se o seu Secretariado; as mudanças, entretanto, consistiam apenas na troca de homens, para atender aos interesses de um grupo político liderado pelo ex-presidente da Câmara, prof. Fernando Oliva. Todavia, o governo municipal continuava umbelicamente ligado ao sr. Carvalho Pinto, prodigalizando este enormes quantias ao chefe do Executivo santista, por conta da quota constitucional, quantias essas que, de quando em quando, eram aumentadas de muito, como ocorreu às vésperas da eleição para governador.

A administração do sr. José Gomes, de então para cá, caracterizou-se por atos profundamente antipopulares, que desgastaram inteiramente o prefeito e levaram-no ao descrédito em que o tem, atualmente, a maioria da população. Não querendo atender às sugestões dos comunistas e das outras forças populares e progressistas, s. exa. vai criando, com os seus atos, cada vez maiores dificuldades para o povo santista.

Com efeito, logo no início do seu governo, o sr. José Gomes idealizou e quis levar a prática um plano para suprimir a linha de bonde n.º 1 — que liga Santos a São Vicente e serve a um grande número de morros e bairros operários —, procurando atender, com uma obra luxuosa à entrada da cidade (um trem rodoviário), às exigências dos ricos paulistanos, que, descendo da capital em seus automóveis, pretendem um caminho sem estorvos no caso, o bonde para demandarem com mais rapidez as praias. Somente graças à resistência de 31 sociedades de melhoramento foi possível impedir que isso se concretizasse: todavia, o prefeito ainda procurou desmoralizar o movimento e quem o liderava, o sr. Alberto Amorim Filho, presidente da União das Sociedades de Melhoramentos. As ações de massas e a réplica que este lhe apresentou, dentro da própria Prefeitura, fizeram-no, porém, recuar, mudando de atitude.

Mas, não parou aí, s. exa. Pretendeu elaborar um Plano de Ação Municipal, para ser cópia fiel do sr. Carvalho Pinto. Esse plano não resolveu nenhum dos problemas da cidade — especialmente os fundamentais. Todavia, fazia-se necessário um prélio para que funcionasse a equipe incumbida de dirigi-la a execução. E o sr. José Gomes escolheu, justamente, um edifício escolar, construído pela administração anterior, que, assim, seria transformado de prédio destinado ao ensino em repartição burocrática. Mais uma vez, a pressão das organizações de massa fez com que o prefeito mudasse de idéia, não sabemos se a contragosto ou não.

Apesar do plano referido, o prefeito "dos bairros e dos morros santistas", como o pró-

O prefeito municipal de Santos, sr. José Gomes, divulgou, neste começo de ano, em vários jornais, inclusive em NOVOS RUMOS, como matéria paga, um relatório ilustrado da sua administração à frente do nosso município portuário. Evidentemente, tal publicação, feita pelos assessores do alcaide, contém a opinião deste sobre o seu próprio governo; para a qual, naturalmente, desejara ganhar os leitores desses órgãos de imprensa.

NOVOS RUMOS é um semanário conhecido por externar o que pensam os comunistas brasileiros acerca da realidade política nacional e internacional. Ainda que o sr. José Gomes tenha pago o espaço para tornar público o que diz realizou à frente da Municipalidade, muitas pessoas poderiam enganar-se e julgar que, acolhendo a opinião do prefeito santista nas colunas do seu órgão, estivessem os comunistas de acordo com ela. Daí a necessidade deste artigo para elucidar a questão.

Como se sabe, o sr. José Gomes foi eleito vice-prefeito de Santos em pleito memorável, quando as forças populares mais autênticas do município derrotaram as candidaturas propostas pelos srs. Jânio Quadros e Carvalho Pinto. Junto com ele, foi eleito para prefeito o engenheiro Luiz La Scala Jr. que um trágico acidente de automóvel faria desaparecer do nosso convívio, na data marcada para a diplomação de ambos.

Com o falecimento do prefeito eleito, o sr. José Gomes iniciou uma luta judiciária para ver-se confirmado no cargo de chefe do Executivo municipal, o que conseguiu posteriormente. Ao tomar posse, em meio a essa luta, o sr. José Gomes declarou que seguiria, inflexivelmente, o programa de La Scala Jr. e conservar-se-ia dentro do esquema de forças que dera a vitória aos dois. A posição dos comunistas, naquela época, ficou bem clara: exigir do prefeito em exercício o cumprimento do programa elaborado em conjunto com La Scala Jr. e aguardar o pronunciamento da Justiça Eleitoral, sobre a sua permanência ou não à frente da Municipalidade.

A luta judiciária tinha, porém, implicações políticas. O sr. José Gomes precisava da cobertura de alguns "medalhões" da República e, particularmente, do governador Carvalho Pinto. Para obtê-la, s. exa. não vacilou em traçar todos os compromissos assumidos, alijar do governo as forças em que estava apoiado o conepo um Secretariado integrado por indivíduos comprometidos com o que havia de mais reacionário e clerical na política da cidade. Tornou-se claro que o sr. José Gomes, para manter-se, não vacilaria em modificar inteiramente a linha de conduta definida na campanha eleitoral.

Na análise que fizemos do governo municipal então constituído, os comunistas delimitamos romper com o sr. José Gomes e passar à oposição, exigindo, imediatamente, que se realizasse um novo pleito, posto que o prefeito em exercício se mostrava incapaz de atender às necessidades e aos anseios populares. Fazíamos tal afirmação por sabermos que um governo de forças reacionárias, desligadas do que há de progressista na vida política do Brasil, não poderia, como não pode e nem poderá, interpretar corretamente o que sentem as massas e atendê-las.

Monopólio Dos Atacadistas Encarece Alimentos na GB

O quilo de tomate que se vende na feira por Cr\$ 60,00 vem encarecendo numa hora do Estado do Rio por Cr\$ 20,00. A laranja, pela qual você paga Cr\$ 100,00 a dúzia é vendida nos sítios da região do cinturão verde de São Paulo por menos de Cr\$ 40,00. O feijão preto que está nos armazéns por Cr\$ 90,00 pode ser comprado a um centavo do Vale do Paraíba por Cr\$ 30,00. A dúzia de ovos que a quitanda fornece por Cr\$ 200,00 pode ser comprada num sítio de Jacarepaguá pela metade do preço.

Uma pesquisa realizada pelo antigo Conselho Coordenador do Abastecimento em 1959, permitiu observar que as diferenças entre os preços pagos ao lavrador e os preços pagos pelo consumidor elevavam-se a mais de 200%. Comentando os resultados dessa pesquisa, a Assessoria Técnica do Conselho concluiu: "correspondia, assim, o custo do produto na fonte de produção a menos da terça parte do preço vigente no mercado retalhista". (Análise da Conjuntura do Abastecimento, 1959).

PRODUTOR GANHA MENOS

Por que isso acontece? Essa grande diferença entre o preço no varejo pago pelo consumidor caroca e o que se paga pelo produto nos centros de produção, mostra que interfere na formação de preços desses produtos alimentícios, um outro fenômeno além da inflação que faz encarecer todas as mercadorias.

Quem embolsa a diferença de preços?

A Guanabara é um Estado praticamente sem área rural: a agricultura caroca contribui com menos de 2% das necessidades locais de consumo. Dessa forma, a quase totalidade dos alimentos consumidos no Rio vem de longe. A maior parte do arroz vem do Rio Grande do Sul; o feijão vem principalmente de Minas, que fornece a maior parte da mantega; o leite vem, em prime-

ro lugar, da bacia leiteira do Rio Paraíba. De zonas situadas a pelo menos 100 km de distância. Batata, verduras, ovos e frutas vêm sobretudo de São Paulo, da área produtora próxima à capital, numa proporção de aproximadamente 50%; em segundo lugar, no fornecimento dos produtos hortigranjeiros vem o Estado do Rio, com aproximadamente 30%, seguido de Minas.

TRANSPORTE ESCRAVAZADO

A grande distância das fontes produtoras faz com que assumam grande importância no abastecimento da Guanabara o papel dos intermediários. A distância deixa o produtor inteiramente dependente do intermediário transportador, que faz a ligação com os comerciantes atacadistas. Essa dependência é particularmente aguda na comercialização dos produtos hortícolas, que se estragam rapidamente e precisam, por isso, ser colocados rapidamente no centro de consumo. Como pelo menos metade dos produtos hortigranjeiros consumidos no Rio vem das vizinhanças da capital paulista, de uma distância mínima de 400 km por rodovia, o caminhão torna-se instrumento de dominação e aviltamento dos preços.

Os produtores de gêneros hortícolas, assim como os de feijão, batata e outros produtos alimentícios, não têm condições financeiras para ter transporte próprio. Um breve inquérito realizado entre produtores da zona rural da própria Guanabara revelou que nem 6% deles possuem transporte próprio. Se poria da cidade a proporção é essa, calcule-se o que não será em relação às áreas mais afastadas.

MONOPÓLIO DOS ATACADISTAS

São raríssimos os produtores que conseguem contato direto com o consumidor. Essa circunstância foi aproveitada pelos grandes atacadistas de gêneros, que tomaram a si o encargo de

transporte, organização de frota própria que percorrem as zonas de produção, para arrecadá-las. Dessa forma, os atacadistas passaram a controlar a comercialização, garantindo financiamento e transporte regular, fornecendo sementes e material de embalagem, armazenando produtos junto ao mercado consumidor e, finalmente, distribuindo-os ao comércio retalhista. Ta mecanismo exige grande capacidade financeira de organização, o que explica a limitação do número dos atravessadores, atacadistas de produtos hortigranjeiros, que passaram a uma situação de monopólio.

De fato, os atacadistas do Mercado Municipal controlam a distribuição de verduras e frutas na Guanabara, interferindo dire-

tamente na produção, mantendo excessiva a mercadoria para ter preços altos, estabelecendo preços que não guardam a menor relação com o que é pago nas fontes de produção. Produtores e proprietários de caminhão ficam sob o seu controle, pois é o único distribuidor por atacado para a Zona Sul e Central, contribuindo ainda na distribuição da Zona Norte - subúrbana. Dêles dependem quitandas, mercados de carnicinha, e feirantes, que são, em quase totalidade, oprimidos ou subordinados aos atacadistas.

QUEM EMBOLSA A DIFERENÇA

Calcula-se que o Mercado Municipal encanteza pelo menos 70% da distribuição de verduras na Guanabara. Suas instalações são arcaicas, não têm ca-

pacidade frigorífica, é pequeno e atravessado em relação às necessidades do comércio intenso que ali se realiza. A situação monopolística dos atacadistas do Mercado quer, seu desinteresse por melhoria das instalações para conservação, pois as perdas e desperdícios, tanto por retração do consumo, como por deficiência de armazenagem, podem contribuir para aumentar os preços no varejo, em prejuízo exclusivo do lavrador e do consumidor.

Verifica-se, portanto, que a Guanabara, infeliz no encarecimento dos gêneros alimentícios, tem outro fator além do atraso da nossa estrutura agrícola, entrando o aumento da produção, além da falta de proteção oficial à agricultura de subsistência, em que se concentram pequenos produtores: é o monopólio da comercialização exercido pelos atacadistas. Como concluiu o estudo do antigo Conselho Coordenador do Abastecimento, Análise da Conjuntura do Abastecimento, esse fato tem que ser levado em conta em qualquer política de abastecimento para a Guanabara: cerca de metade da renda dependida pela população caroca com a aquisição de produtos hortícolas é retida pelos atacadistas.

RUA DO ACRE

Para os cereais ainda não se calculou a parcela absorvida pelos intermediários, mas ela é igualmente elevada. Para o feijão, por exemplo, que vem principalmente de Minas, Rio Grande do Sul e Goiás, funciona igualmente uma complicada rede de intermediários. Em geral é cultivado por pequenos arrendatários, parceiros e meeiros, que, em virtude de sua precária capacidade financeira, estão ligados a comerciantes regionais que funcionam como banco financiador durante as entressafas. Para os parceiros e meeiros, sem terra, não há outra saída, já que o Banco do Brasil só empresta a proprietários. E por isso que é pequena a proporção dos financiamentos ao feijão no conjunto dos financiamentos da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil.

Depois do intermediário arrecadador, vêm as casas atacadistas no interior, que recolhem a produção de certas regiões para negociá-las nos grandes centros de consumo, Rio e S. Paulo. Aqui é adquirido pelos grandes atacadistas, concentrados na Rua do Acre, que o distribuem pelo comércio varejista. Para ter-se uma idéia de quanto é absorvido por esta rede de intermediários, consideremos que o preço mínimo ao produtor (fixado pelo Ministério da Agricultura) para o sacco de 60 quilos de feijão preto era menos de Cr\$ 450,00, em 1959; esse mesmo sacco de feijão, no mesmo período, era cotado na Bolsa de Cereais do Rio de Janeiro a mais de Cr\$ 2.000,00.

Não é diferente o mecanismo no que se refere ao arroz, batata, farinha de mandioca, banha ou charque.

SOLUÇÕES

A absorção de renda pelos atacadistas, encarecendo o produto, só pode ser eliminada com a interferência direta do Poder Público, criando um mercado e uma frota próprias.

GPC DE CURITIBA NO LITORAL: ÊXITO

Curitiba (Da sucursal) — Em curta estada na cidade portuária de Paranaguá o Centro Popular de Cultura do Paraná, dando seqüência às suas atividades de levar a arte do povo ao povo, onde quer que ele se encontrar, obteve consagrados êxitos. Primeiro, através de sua participação nas festividades de inauguração da nova sede do Sindicato dos Carregadores e Enacadores de Café de Paranaguá, apresentando quadros motivados na luta antimonopolista de todo o povo brasileiro e nas batalhas reivindicatórias de melhores condições de vida, sustentadas pelos trabalhadores. No segundo dia de sua permanência em Paranaguá o CPC ofereceu um espetáculo aos filhos dos trabalhadores, exibindo um teatrinho de títeres no salão de assembleias do Sindicato dos Trabalhadores na Estiva. A casa estava totalmente lotada e a criação de vibrou, vivendo horas de sadia alegria. Despedindo-se à noite o Centro Popular de Cultura encontrou pequenas peças ao ar livre, na principal praça da cidade, diante de grande multidão.

Dando cumprimento ao seu programa de expansão o CPC deixou em Paranaguá, em estruturação, um núcleo teatral, ligado ao Fórum Sindical de Debates.

transportadora que rompa o monopólio do Mercado Municipal e dos empórios da Rua Acre. Em certa medida, foi com esse sentido que se começou a criação de mercados livres do produtor, em 1959, com os quais se pretendia estabelecer o contato direto entre produtor e consumidor.

Na prática, aquele objetivo não foi atingido. Apenas cerca de 20% dos boxes dos mercados do produtor ficaram realmente em mãos de produtores. O artigo 4º do regulamento de concessão dos boxes, permitindo que estes sejam usados por prestadores, foi uma das brechas pelas quais entraram novamente os intermediários atacadistas. Além disso, no serem criados os mercados livres dos produtores, surgiu a Cooperativa Central dos Produtores Rurais da Região Leste Brasileira (COLEBRA), com o objetivo declarado de organizar os agropecuaristas para abastecer os mercados.

MERCADO É LIVRE DO PRODUTOR

A COLEBRA poderia associar-se cooperativas de produção agropecuária, pessoas jurídicas dedicadas à exploração da agricultura e pecuária, e pessoas individuais dedicadas à mesma atividade; e ela foram cedidos 60% da área dos mercados livres do produtor.

Mas pessoas jurídicas dedicadas à exploração agropecuária podem ser atacadistas... De qualquer modo, com essa ou outras brechas, legais ou não, os atacadistas conseguiram controlar a COLEBRA, que passou a ser instrumento a serviço dos intermediários. Assim continuou e consolidou-se o monopólio do Mercado Municipal e da Rua do Acre, e não se conseguiu manter uma diferença significativa entre os preços cobrados nos mercados que são livres de produtores, isto é, o produtor está ausente, e os demais pontos da rede comercial.

Dessa forma, continua de pé a necessidade de um grande mercado atacadista, do Governo, que permita romper o monopólio dos intermediários atacadistas e regularizar o abastecimento.



O SALÁRIO NÃO ONEGA

Na feira, a dona-de-casa verifica que o salário da família não dá para comprar o suficiente. Objetivando lucros cada vez maiores, os monopolistas, atravessadores e intermediários fazem com que os gêneros alimentícios sejam postos à venda por preços de três a quatro vezes mais altos do que o seriam caso fosse adotada uma política de real eliminação da especulação e das manobras altistas.

Magé: Camponeses Despejados Lutam e Reocupam as Terras

Domingo, dia 27, cerca das 11 horas, imensa caravana de três ônibus de Niterói e de Nilópolis, 1 caminhão e várias camionetas, levando mais de 200 pessoas, chegou festivamente a Magé para comemorar a volta dos camponeses que haviam sido despejados de suas terras dia 11.

A festa de confraternização, organizada pelos sindicatos dos rodoviários e marítimos, e pela Comissão Feminina de Solidariedade, contou com a presença de inúmeras personalidades, entre elas o secretário do Trabalho do Estado do Rio, Sr. João Gomes, os deputados Adão Pereira Nunes e Afonso Celso Nogueira Monteiro, o representante do deputado Bocaiuva Cunha, representante do Plano Agrário, o prefeito de Nilópolis, Sr. Erasmo Lima, o vereador Darcy Câmara, de Magé, e outros, além de inúmeros jovens do CPC de Niterói.

Depois de vários discursos de confraternização e de luta pela reforma agrária — entre os oradores destacaram-se os deputados Adão Pereira Nunes e Afonso Celso, um vereador de Nilópolis, dirigentes sindicais e líderes locais — o CPC encenou interessante show, com atos ligados à vida camponesa e à reforma agrária.

Antes do almoço oferecido aos visitantes em casa de uma das moradoras no local, d. Terezinha, houve comovente cerimônia com a distribuição de roupas, sapatos, remédios e outros donativos trazidos da cidade pelos trabalhadores.

Em sua estada na localidade, que se prolongou até às 19 horas, os membros da caravana tiveram oportunidade de ver de perto todas as consequências do vândalo despejo, que não hesitaram em derrubar inúmeras casas e arrasar as lavouras.

AS TERRAS

O que houve com os camponeses que ocuparam terras no 6º Distrito do município de Magé não difere muito do que tem acontecido em vários outros lugares.

Encontrando terras férteis abandonadas, em qualquer cerca ou placa, mas já com alguns benefícios feitos pelo governo estadual, tais como saneamento e estradas, diversas famílias começaram,

há mais de dez anos, a ocupá-las. Assim, cerca de 1.000 famílias plantaram a terra, ótima pela fertilidade e pela proximidade dos grandes centros consumidores (40 minutos do Rio), dando vida ao que antes estava abandonado.

As coisas iam perfeitamente, em calma, com previsões de colheitas de 500 mil sacas de arroz, outro tanto de feijão e milho, além de muita banana, alpin e demais lucros provenientes das criações dos lavradores, alguns dos quais com mais de 1.000 cabeças de galinhas, até que surgiu em cena a Fábrica América Fabril, sediada em Pau Grande, 6º Distrito de Magé.

GRILLO

Os donos da América Fabril, desejando ampliar seus lucros, logo perceberam as vantagens de possuir tão boas terras e conseguiram, à custa de manobras, chicanas e dinheiro, uma ação liminar que culminou com a arbitrária decretação de despejo dos lavradores pelo juiz Nicolau Neri.

Inconformados, os camponeses foram em comissão ao juiz pedir-lhe que sustasse o despejo, mostrando quanta injustiça havia em tal ato judicial, depois de tantas benéficas frutas de seu trabalho. Dando provas de total indiferença ante o sofrimento dos trabalhadores e de imensa grosseria, o juiz respondeu dizendo que "quem faz filho na mulher dos outros não tem direito a paternidade."

LUTA

Revoltados diante de tamanha desfaçatez do juiz, dispostos a não entregar as terras sem luta e compreendendo que para isso teriam de lançar mão de todas as formas legais e contar com a solidariedade de outros setores, os lavradores se organizaram imediatamente e deram início à batalha.

Preliminarmente, uma comissão de mais de 400 famílias se dirigiu à Assembleia Legislativa, onde diversos deputados — Barcelos Martins, João Rodrigues de Oliveira, Aécio Nance e outros — hipotecaram, da tribuna, sua solidariedade e apelaram ao governador Jannotti que desapropriasse as terras.

Da Assembléia os camponeses se dirigiram ao Palácio do Inga, acampando em suas imediações e ali passando a noite. No dia seguinte o acampamento foi transferido para a frente do Palácio da Justiça, onde os trabalhadores entraram em entendimentos com os desembargadores. Nesse ínterim o juiz mandou executar a sentença de despejo no dia 11, o que foi feito por elementos contratados pela América Fabril. O despejo foi realizado com requintes de crueldade e violência, pois foram demolidas dezenas de casas e arrasadas as lavouras, além do saque generalizado de animais, pertencentes e viveres dos despejados.

A luta, porém, prosseguiu, com passeatas, demonstrações e outras formas pacíficas e legais. Finalmente, houve um entendimento entre o presidente do Tribunal de Justiça e o governador, que, diante da aflitiva situação dos trabalhadores, principalmente das crianças, e da crescente solidariedade de outros setores da população, a ação de parlamentares, personalidades, etc., desapropriou as terras, que só em parte (exatamente a parte não ocupada pelos lavradores) pertenciam à fábrica.

Nos caminhões em que tinham vindo e mais quatro ônibus cedidos pelo governo, retornaram os camponeses às suas terras.

JUIZ INSISTE

Grande decepção esperava os lavradores que, ao chegar, deram com a negativa do juiz em cumprir a desapropriação, o que pôde fazer porque ainda dispunha das tropas da força pública enviadas ao local.

Depois de diversos entendimentos, os trabalhadores voltaram a Niterói e acamparam diante da casa do juiz Nicolau Neri, na rua Dr. Sardenha 53. Ao ver a aproximação dos camponeses, o juiz fugiu pelos fundos da casa e se refugiou no quartel do 9º RI.

Verificou-se então impressionante movimento de solidariedade dos moradores da rua Dr. Sardenha, que forneceram alimentos aos trabalhadores, banharam, vestiram e calçaram as crianças, em vigorosa demonstração de revolta contra a de-

humanidade do juiz e de generosidade para com os lavradores perseguidos. Embora os trabalhadores estivessem pacificamente acampados, a polícia foi ao local à noite e tentou expulsá-los com bombas de gás lacrimogêneo, mas foi impedida pela reação enérgica dos lavradores, populares e personalidades presentes, como o deputado Afonso Celso. O chefe do Departamento de Ordem Política e Social ao saber do que ocorria foi ao local e, manifestando solidariedade aos trabalhadores, só e desarmado, mandou a polícia retirar-se e assumiu pessoalmente a responsabilidade do que ocorreu.

Além do delegado da Ordem Política e Social, Rodolfo Brito de Menezes, testemunhando a destruição das casas e a destruição das plantações, já manifestara junto ao secretário de Segurança sua revolta e colocara seu cargo à disposição, dizendo que em seus 40 anos de vida policial jamais assistira a coisa igual.

SOLUÇÃO

O desembargador Salo Itaballana, um dos membros do Tribunal de Justiça, compareceu ao acampamento, onde falou aos lavradores sobre a necessidade da reforma agrária e se comprometeu a trazer o juiz para resolver a questão.

Cumprindo sua palavra, o desembargador trouxe o juiz e mais o desembargador Felício Panza, indo os três a Magé, depois do contato com os trabalhadores, a fim de retirar as tropas para os camponeses reocuparem as terras.

Ao se despedir dos moradores da rua e do juiz, os lavradores formularam o convite para a festa de confraternização realizada domingo passado em Magé.

Papel destacado na luta desempenharam organizações como a Federação das Associações dos Lavradores do Estado do Rio, com seu presidente Manoel Ferreira de Lima à frente, o Sindicato dos Textéis de Magé, Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Magé, e líderes políticos como o vereador Darcy Câmara, que movimentou a Câmara Municipal de Magé, e os deputados Afonso Celso e Aristóteles Miranda Melo.

Câmara Municipal de Santos Ao Povo de Santos

É grato ao Legislativo santista, pelo transecurso do 12º aniversário da cidade andradina, enviar sua congratulação e fúlvola ao povo desta gleba quadricentenária, cuja história é um exemplário de virtudes cívicas.

Menos pelo esplendor e grandeza de seus monumentos do que pelo valor e nobreza de seus filhos, podem qualificar-se de grandes as grandes cidades.

Santos, de onde partiu, na manhã quinhentista, a primeira «bandeira» civilizadora; onde se ergueu o primeiro Hospital de Misericórdia da América Latina, e se consagrou a primeira pia batismal do Brasil; a grande Santos recebe, nesta data insigne, a saudação mais reverente de sua Câmara Municipal.

Santos, 26 de janeiro de 1963
FERNANDO OLIVA
Presidente

COMPRA DE PETROLEIROS NA IUGOSLÁVIA TRAZ PONDERÁVEL ECONOMIA DE DÓLARES

A proposta de venda dos dois navios petrolíferos pela Iugoslávia, de 31.400 toneladas cada um, foi encaminhada à PETROBRAS, em setembro de 1961, em consequência das negociações da Missão João Dantas.

Antes de tudo, tal proposta que redundou, afinal, na compra dos referidos navios, em nada prejudicou os estaleiros nacionais, e imediatamente nos traz uma ponderável economia de dólares, contribuindo, além disso, para o aumento do emprego dos marítimos.

A PETROBRAS, antes mesmo da compra dos navios iugoslavos, assinou contratos com a VEROLME e a MAUA para a construção de seis petrolíferos de 10.500 toneladas. E, no ato mesmo da assinatura, o presidente da PETROBRAS declarou que "poderíamos pensar, no próximo ano, em 1963, na construção, no país, de dois navios do tipo "PRESIDENTE" (33 mil toneladas).

Mas, presentemente, a PETROBRAS, pela FRONAPE, transporta 65% da sua carga em navios estrangeiros afretados, com tripulação estrangeira, sendo tal afretamento pago em dólares. Assim deve a PETROBRAS, dentro de alguns anos, libertar-se desse ônus, possuindo novos navios, que somente eles, representem mais de 600 mil toneladas, de modo a transportar toda a sua carga em navios brasileiros, com tripulação brasileira.

Assim, pode a PETROBRAS manter os estaleiros nacionais em regime 100% de trabalho, ainda que adquirindo 50% da tonelagem de seus novos navios, no exterior.

E isso sem levar em conta o aumento do consumo dos derivados, e pois a necessidade de transporte dos mesmos e do petróleo, bem como o fato de alguns navios já estarem ficando obsoletos, exigindo sua substituição por novos.

Os navios iugoslavos serão entregues, respectivamente, à PETROBRAS em dois e nove meses. Mas o prazo de entrega, a partir dos estudos preliminares, dos navios desse tipo, caso construídos no Brasil, seria nunca menos de 36 meses, nas atuais circunstâncias.

Ora, a liberação de divisas, durante esse tempo, pela substituição dos navios afretados pelos navios brasileiros adquiridos na Iugoslávia é de US\$ 6.999.814,00 (seis milhões novecentos e noventa e nove mil oitocentos e quatorze dólares). Como, entretanto, os referidos navios serão entregues em dois e nove meses, respectivamente, o tempo ganho é de 34 e 27 meses, com uma liberação líquida de US\$ 6.281.241,00 (seis milhões duzentos e oitenta e um mil duzentos e quarenta e um dólares). E logo, durante esse tempo, serão empregados marítimos brasileiros.

ter a opor à importação dos referidos navios.

Assim a Diretoria constituiu, para estudar o assunto, um Grupo de Trabalho, constituído por Eduardo Sobral, então consultor econômico, comandante Alfredo Mader, assistente-chefe de Transporte Marítimo, e Júlio César de Sá Carvalho, superintendente da Frota Nacional de Petrolíferos.

Esse Grupo chegou à conclusão em "4-4-62, que era "aconselhável" a compra dos navios, devendo, entretanto, "ser enviado à Iugoslávia um técnico da Empresa com o objetivo de examinar "in loco" e detalhadamente as duas unidades objeto da compra.

Assim, a PETROBRAS enviou à Europa o comandante Carlos Alberto Zavataro, com o objetivo de examinar "in loco" e detalhadamente os navios propostos e pesquisar nas diferentes praças, preço e condições de pagamento de navios semelhantes, em final de construção. O relatório apresentado pelo comandante Zavataro e os estudos realizados demonstraram possuírem os navios iugoslavos características e especificações técnicas de acordo com o padrão da PETROBRAS, o que lhes permitirá obter rentabilidade semelhante aos navios da classe "PRESIDENTE" tornando a aquisição dos mesmos um emprego de capital compensador.

O Grupo de Trabalho já está prestado pelo próprio diretor de Contato, engenheiro Domingos Spolidoro, concluiu pela conveniência da Empresa adquirir os navios propostos, com as modificações que estabeleciam melhoria em preços e condições de pagamento iguais ou melhores dos que obtidos pela PETROBRAS, na pesquisa realizada na Europa.

Dizia, assim, o diretor Domingos Spolidoro ao Conselho de Administração:

"A ser concretizada a compra teríamos o seguinte quadro:

PROPOSTA ORIGINAL

Preço — \$ Yug — 11.800.000,00 (convênio). Condições — 10% na assinatura do contrato; 25% de cada navio na data da entrega e 65% no ano a partir do recebimento do primeiro navio.

Proposta Final — De acordo com a carta da INTYBRA de 27 de agosto de 1962 (cópia anexa):

Preço \$ Yug 10.752.000,00 (convênio) correspondendo a \$ Yug 168,00 (equivalente a US\$ 160,00) por TDW.

Condições: 10% na assinatura do contrato, 20% de cada navio na data da entrega e 70% em 18 prestações durante 9 anos, com juros de 6% ao ano a partir do recebimento do primeiro navio.

Pesados todos os fatores envolvidos na transação, tanto os de ordem técnica como os econômicos (convênio), julgo que a aquisição desses dois navios para o serviço da PETROBRAS atende aos interesses da Empresa.

O Conselho de Administração aprovou o parecer. E assim foi assinado o contrato de compra dos navios iugoslavos, após demorados estudos, e procurando-se, sempre, e de acordo com a política cambial e internacional do Governo, o fortalecimento integrado da economia nacional, e a contribuição da PETROBRAS para o equilíbrio do balanço de pagamentos e o aumento do nível de emprego dos marítimos.

(Transcrito do "DIÁRIO DE NOTÍCIAS" de 30-12-62).

Embaixada Nos EUA Confirma: «Ajuda» Lanque é Espoliação

Na última semana, a Embaixada do Brasil em Washington tornou pública uma nota oficial em que se denuncia o caráter mistificador e espoliador da "ajuda" prestada pelos Estados Unidos ao nosso País. O documento teve enorme repercussão, como não poderia deixar de ser. Insolentemente, o embaixador lanque, Lincoln Gordon, ao fazer um pretenso desmentido da nota, interveio mais uma vez em nossos assuntos internos. A opinião nacional, indignada, repete esta nova intervenção do representante dos trustes lanques em nossa Pátria.

Qual o verdadeiro significado e que consequências devem resultar da denúncia feita pela Embaixada brasileira nos Estados Unidos?

Muitas das afirmações das correntes nacionalistas sobre o caráter ilusório e espoliador da chamada ajuda norte-americana ao Brasil encontram-se inteiramente confirmadas na nota distribuída pela embaixada brasileira em Washington. Em termos numéricos, com o preço do trigo na base da contabilidade, o que se mostra ali é que os empréstimos norte-americanos são muito menores do que faz supor a propaganda trombeta por Washington: que a "ajuda" norte-americana, de fato, é

uma iniciativa do governo lanque para ocupar uma parte da capacidade ociosa na indústria e na agricultura dos Estados Unidos em condições que fazem aumentar o grau de dependência dos países subdesenvolvidos do imperialismo norte-americano; e, finalmente, que o povo brasileiro, através do aviltamento dos preços dos nossos produtos de exportação, tem subsidiado largamente o consumo de uma série de artigos pelos norte-americanos.

alto-falantes locais puderam a boca no mundo; mas, como, encampar uma empresa da IT&T? Justamente a companhia que possui maior número de acionistas nos Estados Unidos? Como, então, esperar desses acionistas — que são contribuintes norte-americanos — o "sacrifício" da "ajuda" a um país que age de tal maneira? Esse disco foi insistentemente tocado.

Também nesse particular, a nota contém elementos que ajudam a esclarecer. Mostra ela, por exemplo, que os empréstimos feitos pelo Export-Import Bank saem de fundos formados pela venda de Letras do Tesouro aos investidores e não do bolso dos contribuintes. Saem, pois, de uma operação comercial lucrativa, pois o Eximbank tem constantemente auferido lucros em suas operações. Coisa semelhante dá-se com os fornecimentos de trigo para pagamento a longo prazo, nos termos da Public Law 480. E só nesses dois casos estão abrangidos nada menos de 84% do total dos recursos líquidos oficiais apresentados como "ajuda" norte-americana.

Ali, entretanto, em relação ao contribuinte norte-americano, um outro aspecto abordado pela nota da embaixada brasileira. Trata-se do subsídio feito aos consumidores norte-americanos pela economia brasileira, através da venda de numerosos produtos a preços cada vez mais baixos. Para o povo brasileiro, que sofre com a inflação, que paga hoje mais do que ontem pelo feijão e pelo arroz e que sabe pagar amanhã mais do que está pagando agora, é simplesmente revoltante verificar que, enquanto isso, os consumidores norte-americanos estão pagando hoje menos do que pagavam ontem pelo nosso café, pelo nosso cacau, pelo nosso minério, devido à baixa das cotações internacionais, manipuladas pelos monopólios norte-americanos. E se o Brasil não tomar medidas para inverter essa situação — pelo exposto fica claro como seria que se ao Brasil e não aos Estados Unidos que deve caber a iniciativa de mudar o curso das coisas — amanhã eles pagarão ainda menos do que hoje pelo que nos comprarem.

A nota apresenta um quadro mostrando os prejuízos que tivemos entre 1955 e 1961, devido à deterioração da relação de trocas, tomando-se como ba-

se a média de preços do quadriênio 1950/1953. Tais prejuízos foram da ordem de 1,48 bilhão de dólares. Considerando que 43% das exportações brasileiras destinam-se aos Estados Unidos, tira a nota a conclusão de que daquela perda nossa de 1,48 bilhão de dólares, nada menos de 669 milhões foram carregados para a economia norte-americana. De fato, foram mais de 669 milhões de dólares. Pelo seguinte: se a média norte-americana no total de nossas exportações é de cerca de 45%, a participação média lanque nas exportações brasileiras de café tem sido superior a 50%. E como foi precisamente o café, dentre os chamados grandes produtos da exportação, o que sofreu maior aviltamento dos preços, é claro que a parte dos nossos prejuízos canalizada como lucros para os Estados Unidos foi ainda maior do que a acima mencionada.

Assim, embora a nota não tire tal conclusão, se somarmos os 644,8 milhões de dólares que transferimos oficialmente para os Estados Unidos a título de amortização e juros de empréstimos aos decorrentes da deterioração dos termos de intercâmbio nos últimos 22 anos, iremos encontrar certamente soma muito mais elevada do que o total dos empréstimos oficiais concedidos pelos Estados Unidos ao Brasil nos últimos 22 anos. Efectivamente, não se deve esquecer que as perdas consideradas na nota referem-se somente aos anos de 1955 a 1961 e basta lembrar a violenta espoliação que sofremos nos quatro anos de guerra, com os preços do café congelados na baixa a 13 cents de dólar por libra peso. Portanto, um balanço real das relações econômicas entre o Brasil e os Estados Unidos (mesmo sem mencionar as mil e uma outras vias de espoliação da economia brasileira, e em primeiro lugar, a ação das empresas lanques no Brasil) revelará que os empréstimos oficiais, que a chamada "ajuda" lanque, não tem sido senão um instrumento pelo qual o Brasil transfere riquezas criadas aqui para os Estados Unidos. Esse balanço mostrará que o povo brasileiro doua parte dos frutos do seu trabalho para sustentar a decadente prosperidade norte-americana.

Trigo e AID

Quanto à "ajuda" sob a forma de fornecimentos de trigo, repete também a nota o que vêm dizendo as correntes nacionalistas: trata-se, sob o ângulo norte-americano, de utilizar um produto perecível de que há excesso e que, não fora o

escoamento por essa via, estaria perdido, além de exigir enormes despesas para conservação. O trigo lanque fornecido para pagamento em cruzeiros e no prazo de 40 anos é uma arma de dois gumes, do qual o mais cortante e aguçado

que acentua o nosso entorpecimento aos azarões da agricultura lanque e desalienta a nossa própria produção interna de trigo e outras farinhas alimentícias. Isso sem falar na redução de uma possível receita em dólares, gastos por turistas (parte dos cruzeiros do trigo é trocada por dólares de turistas americanos, que vêm ao Brasil), sem falar nos bilhões de cruzeiros postos em mãos da embaixada lanque no Brasil para a corrupção e a espionagem desbragada, sem falar na interferência dos técnicos lanques nas aplicações

do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, etc.

Finalmente, revela a nota da embaixada que tampouco a "ajuda" proporcionada pela Agência Internacional de Desenvolvimento está desvinculada de condições danosas, entre elas a do empréstimo obrigatório dos recursos na aquisição de mercadorias nos Estados Unidos. Ainda e mais uma vez, portanto, estamos diante de "ajuda" a economia norte-americana, sob a máscara generosa de "ajuda" ao Brasil.

O Montante dos Recursos

O primeiro aspecto posto em destaque pela nota da embaixada brasileira refere-se ao montante dos recursos colocados à disposição do Brasil pelos norte-americanos. Assinala-se que esse montante é muito inferior ao que geralmente se imagina. Efectivamente, a opinião pública brasileira é quase diariamente confundida pela imprensa, onde há uma verdadeira inflação de notícias de empréstimos e auxílios lanques. Um mesmo empréstimo é noticiado várias vezes, através de telegramas vindos dos Estados Unidos e, depois, das confirmações em fontes locais, deixando a impressão de que se trata de alguma coisa muitas vezes maior. E não é só isto. Tanto no noticiário dos jornais, como nas declarações de personalidades norte-americanas, confundem-se deliberadamente o montante dos recursos postos à disposição da economia nacional (além dos empréstimos, financiamentos, etc. feitos por entidades oficiais dos Estados Unidos a empresas estrangeiras no Brasil) com o que foi utilizado desses recursos. É um engano muito grande supor que tudo o que é acordado e usado. Um exemplo frisante, nesse sentido, foram os créditos levantados em abril e maio de 1961 pelo governo Jânio Quadros, junto a entidades oficiais de Washington. Em primeiro lugar,

a utilização dos créditos foi escalonada por um longo período de tempo e em segundo lugar, sujeita a liberação das quantias a diferentes condições. Mas, quando se noticiou o fato, apresentou-se como tendo sido entregue ao Brasil toda a importância. Nada mais falso. Tanto que, menos de quatro meses depois de feitos os acordos, ainda antes da renúncia de Jânio, a liberação das parcelas mensais foi suspensa tanto pelo Fundo Monetário Internacional, como pelas agências oficiais norte-americanas. Esclarece, também, a nota, que ao serem apresentados os totais de empréstimos oficiais lanques, omitem-se as parcelas restituídas a título de amortização da dívida e de pagamento de juros. Dá um exemplo: de setembro de 1940 a outubro de 1962, o Export-Import Bank concedeu a entidades estatais, paraestatais, privadas nacionais e estrangeiras no Brasil, créditos no montante de 1,233 bilhão de dólares. E é somente essa cifra que aparece nas declarações oficiais lanques sobre a "ajuda" do Eximbank ao Brasil. Silencia-se, porém, em torno do fato de que, no mesmo período, o Brasil pagou, a título de amortização e juros, nada menos de 644,8 milhões de dólares, mais de metade, portanto, do total do empréstimo recebido.

Ajuda Aos Americanos, Isto Sim

Outro ponto importante posto em relevo pela nota da embaixada brasileira é que a chamada "ajuda" ao estrangeiro, na realidade constitui prestação de socorro à economia dos Estados Unidos.

De fato, os empréstimos concedidos pelo Export-Import Bank destinaram-se todos a financiar exportações de bens e serviços norte-americanos. O Eximbank é uma autarquia criada pelo governo dos Estados Unidos especificamente para financiar exportações americanas. Quer isto dizer que quem obtém um empréstimo naquele banco não fica com o direito de escolher a mercadoria a comprar, nem o país onde comprar.

O empréstimo só é dado se o tomador se comprometer a usá-lo na compra de mercadorias ou serviços produzidos nos Estados Unidos. Daí decorrem duas conclusões importantes: 1) os empréstimos destinam-se a aumentar, através do comércio exterior, a atividade das empresas americanas, que vivem normalmente em regime de capacidade ociosa, produzindo menos do que podem por falta de compradores; 2) o tomador tem que sujeitar-se a comprar mercadorias e serviços lanques, não raro mais caras do que as de outros países, do que temos caradas de provas no nosso desenvolvimento recente. Convém não esquecer que ainda recentemente firmas norte-americanas que forneceram centenas de milhões de dólares ao Brasil, inclusive com financiamentos do Eximbank — foram condenadas lá mesmo nos Estados Unidos a devolver dezenas de milhões de dólares a autarquias governamentais (como a Tennessee Valley Authority) por haverem cobrado preços demasiado altos por suas mercadorias. Para tais firmas, os financiamentos do Eximbank representaram, portanto, um meio para auferirem extorsivos lucros adicionais. E quem pagou fomos nós.

Relações Soberanas Exigem Nova Política

É muito expressivo e fato de ter sido uma iniciativa da embaixada do Brasil nos Estados Unidos, a cuja frente se encontra justamente o sr. Roberto Campos, a difusão de uma nota oficial em que são ditas, cruetamente, algumas verdades — ou uma parte da verdade — acerca da mistificação com que se tem apresentado, através dos anos, a suposta ajuda ou colaboração norte-americana ao nosso País. A nota, embora tendo por objetivo fazer pressão junto ao governo lanque no sentido de obter dele algumas concessões, põe a nu, de qualquer forma, alguns aspectos da gritante espoliação a que estamos submetidos pelo imperialismo norte-americano e desmascara o engodo de apresentar essa espoliação como uma benemerência dos Estados Unidos. É interessante recordar que o mesmo sr. Roberto Campos, há coisa de apenas dois anos atrás, numa série de artigos publicados no "Correio da Manhã", investia em termos insultuosos contra os patriotas brasileiros, em particular os comunistas, e exaltava desmedidamente a "ajuda" estadunidense. É um sinal dos tempos, sem dúvida: as classes dominantes sentem que cresce o seu poder de barganha com os imperialistas lanques. E procuram valer-se dessa circunstância.

Outro sinal dos tempos, entretanto, é que hoje, para a grande maioria do povo brasileiro, não basta denunciar a espoliação e o engodo. Graças ao trabalho tenaz e incessante realizado pelas forças nacionalistas, de esclarecimento, mobilização e organização das grandes massas, os fatos relacionais são do conhecimento de muitos milhões de brasileiros. As verdades agora ditas pelo sr. Roberto Campos, por exemplo — sem que se pretenda com isso minimizar a sua significação — já não são estranhas para grande parte da opinião pública. O que é cada vez mais difícil é que os políticos que se acham no poder pretendam desconhecê-las, ou deixem de referir-se a elas.

Não bastam, portanto, as denúncias. Porque diante dos olhos patriotas e todo o povo perguntam: e daí? Se as autoridades mais responsáveis do País — em nosso caso concreto, os representantes do Governo brasileiro em Washington, a matriz da espoliação — reconhecem e afirmam de público que, sob o eufemismo de "ajuda", que há fraude e roubo, que se vai fazer então para acabar com o roubo? Ou será que os homens do Governo pretendem continuar eternamente insistindo nos apelos à "boa vontade" e "compreensão" dos saqueadores?

INTERESSES DO BRASIL

Se há ainda pessoas que pensam — ou fingem pensar — que os apelos valem alguma coisa, os verdadeiros patriotas estão convencidos de que isso não passa de uma burla, uma outra for-

ma de engodo. Apelos semelhantes têm sido feitos até hoje — e quais os resultados? Os brasileiros que anseiam sinceramente pelo progresso do País e aspiram a uma vida melhor para o povo sabem que os apelos aos magnatas norte-americanos não passam de uma farsa cruel. O que é necessário e urgente é mudar essencialmente de atitude.

É isso significa, antes de tudo, passar a encarar o problema da espoliação imperialista partindo-se do ponto de vista dos interesses nacionais. A primeira vista, pode parecer uma observação óbvia. A realidade, porém, é que se tornou como um hábito para determinados grupos das classes dominantes, inclusive no Governo, pensar e agir não como cidadãos brasileiros, mas como simples agentes de interesses norte-americanos, ou melhor, como cidadãos de uma potência estrangeira cuja riqueza se construiu, hábiticamente, sobre o saque de outros países. Um exemplo: faz-se da chamada dívida externa um problema de honra nacional, uma questão de Estado.

Entretanto, não se esclarece que no montante dessa dívida figuram compromissos que não são ora de brasileiros, mas sim de firmas estrangeiras aqui estabelecidas, pelos quais entretanto o Governo responde, mesmo em prejuízo da Nação. Outro exemplo: todos sabem que a ampliação do nosso comércio exterior, especialmente com os países do campo socialista, corresponderia aos interesses nacionais e contrariaria certos interesses de grupos imperialistas; durante muitos anos, entretanto, não mantivemos relações comerciais com o Leste, e ainda hoje são enormes os embaraços criados ao seu alargamento. Por que isso acontece? Simplesmente porque na abordagem e solução de tais problemas o que prevalece não são os interesses do Brasil, mas os interesses ditados pelos monopólios e o governo dos Estados Unidos. Assim, o Brasil é traído e o seu povo é lançado no atraso e na miséria em benefício dos círculos financeiros dos Estados Unidos. Existe para isso, naturalmente, uma base material: a comunidade de interesses, criada pelo lucro, que se estabelece entre os monopólios estrangeiros e uma minoria de brasileiros associados ou alagados a eles. Esses sócios ou testas-de-ferro, os entreguistas, estão por toda parte: no Governo, no Parlamento, na imprensa, etc. Dispondo de fabulosos recursos, conseguem inclusive ludibriar um certo número de pessoas ingênuas ou de tendência conservadora.

Um exemplo mais recente do que é e onde leva essa atitude é a decisão adotada pelo Governo brasileiro no caso da encampação da subsidiária da IT & T no Rio Grande do Sul. O que ali prevaleceu não foi o interesse nacional, defendido pelo governador Brizola, mas o interesse do truste lanque, mesmo que para acobertá-lo tenha o Governo de des-

moralizar toda a orientação solenemente preconizada pelo Plano Trienal (orientação que, entretanto, se aplica quando se trata de conter os salários e vencimentos de trabalhadores brasileiros, assim, como ajuda verdadeira à indústria nacional).

MUDAR DE POLÍTICA

Cria-se, assim, uma contradição: enquanto a nota da Embaixada em Washington denuncia, com as cifras na mão, aspectos do processo espoliador de que somos vítimas, praticam-se, ora atos que facilitam essa espoliação, ora atos que representam uma conciliação, quando o que os interesses nacionais exigem é uma política nova: uma política que, através de medidas concretas e soberanas, ponha termo à espoliação. O que se faz necessário, enfim, é mudar radicalmente o caráter de nossas relações com os Estados Unidos. Temos de proclamar (e agir em consequência): não admitimos mais relações de tipo colonialista, não queremos mais ser esbulhados nem mistificados. O que queremos são relações normais e mutuamente vantajosas, não mais a base da imposição de interesses contrários aos do Brasil, e sim à base do pleno respeito à nossa soberania e aos nossos direitos.

Entretanto, também aqui não basta fazer proclamações. E mais: não se pode, de maneira alguma, esperar que a iniciativa dessa verdadeira e indispensável revisão parta daqueles que, por sistema, são espoliadores e oprimidos. É uma deslavada mistificação acreditar que os imperialistas norte-americanos possam ter a iniciativa — nem sequer com ela concordem — de colocar sobre bases justas, as relações entre eles e nós. Os imperialistas espoliam precisamente porque são imperialistas. So deixaram de espoliar quando os espoliados disseram: "basta" e, concretamente, se orientaram no sentido oposto à espoliação. Isso significa, pois, que a emancipação econômica do Brasil e a conquista de sua efetiva independência política dependem de nossa própria decisão política, de rompimento os vínculos da submissão e alçarmos uma linha realmente soberana, realmente nacional.

Em termos práticos, isso quer dizer, por exemplo: — Quebrar o domínio norte-americano sobre o nosso comércio exterior e ampliar, na medida da grande e crescente possibilidades existentes, as nossas relações econômicas com outras áreas, entre as quais os países socialistas, a América Latina e os países da Ásia e da África. As barreiras artificiais erguidas no sentido de dificultar essa expansão (barreiras determinadas pelos interesses lanques e sustentadas internamente pelos entreguistas) devem ser definitivamente suprimidas. De

outro modo, não adianta falar em "revisão" se troca não equivalerem.

— Limitar drasticamente a remessa de lucros e dividendos dos monopólios estrangeiros, que constituem uma tremenda sangria sobre a economia do País, e do povo. Adiar, e se for o caso, suspender indefinidamente, a dívida externa, em que se incluem, em grande medida, compromissos que não são do Estado ou de empresas brasileiras, e sim de firmas estrangeiras, sob o rótulo norte-americano.

— Estabelecer o mais rigoroso controle estatal do câmbio e do comércio exterior, impedindo-se a evasão criminosa de milhões de dólares que são fruto unicamente do trabalho dos brasileiros. Eliminar privilégios ainda existentes a favor de firmas estrangeiras, como se comprovou no escândalo do chamado "empréstimo industrial" a IT & T.

— Nacionalizar de empresas imperialistas que ocupam e dominam setores-chaves da economia brasileira, inclusive relações com o abastecimento, como se dá com a carne e o trigo.

— Monopólio das importações de petróleo, passando dessa forma para os cofres da Nação os fabulosos lucros proporcionados por esse comércio e que vão hoje, absurdamente, para os magnatas da Esso e da Shell.

— Denunciar, não só oficialmente, mas em atos eficazes, as diferentes formas da chamada "ajuda" norte-americana, que não passa, na realidade, de uma burla infame e de um expediente para resolver problemas que são da economia norte-americana e não da economia brasileira. Essa burla foi desmascarada na nota de nossa Embaixada em Washington. Que se espera para a adoção das medidas correspondentes?

Em suma, a exploração que estamos submetidos pelos imperialistas norte-americanos reclama, de forma imperiosa e inadiável, uma revisão profunda de nossas relações com os Estados Unidos. Não se trata, porém, de um problema que se possa resolver através de "entendimentos diplomáticos", nem de concessões. Reaver as relações com os Estados Unidos significa, antes de mais nada, traçar e pôr em prática uma política que se disponha a pôr fim à espoliação de nos o País e a abrir-lhe os amplos horizontes da independência e do progresso. Evidentemente, isso não se dá conseguinte pelo meio do Plano Trienal nem de barganhas como o que o sr. Santiago Dantas pretendeu de justiça? O estabelecimento de relações efetivamente soberanas e mutuamente vantajosas com os Estados Unidos — e todos os demais países — só poderá ser alcançado mediante uma política claramente nacionalista e democrática e um governo que, por sua constituição e seus compromissos com o povo, esteja firmemente decidido a levá-la às últimas consequências.

NOVOS RUMOS